

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA COMO AGENTE DESENVOLVEDOR DA CULTURA DE INOVAÇÃO NA UFMG

João Leandro Cássio de Oliveira⁴⁰
João Francisco Sarno Carvalho⁴¹
Francisco Horácio Pereira de Oliveira⁴²
Márcia Siqueira Rapini⁴³

RESUMO: O presente trabalho tem por objeto as políticas de fomento à transferência de tecnologias a partir da ótica da gestão de patentes, tipo de inovação das tecnologias desenvolvidas e grau de participação empreendedora de docentes. Para tanto, foi realizado um estudo de caso em que foi realizada uma análise descritiva do Núcleo de Inovação da UFMG, visando identificar e analisar a pertinência das tecnologias produzidas pela UFMG entre 2012 a 2017. A escolha da UFMG como fonte de dados se deu por esta instituição apresentar a maior quantidade de patentes registradas no Brasil e também por se tratar da instituição a que dois dos pesquisadores estão afiliados. Os resultados apontam que, investindo em transferências de tecnologias, a instituição fomenta a cultura da inovação, fortalecendo também a cultura empreendedora e a preocupação com a proteção de tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Inovação. Transferência de Tecnologia. Núcleo de Inovação Tecnológica. UFMG.

ABSTRACT: This study's purpose is promotion of policies for technology transfer from the perspective of patent management, kind of innovation of technologies developed and degree of entrepreneurial participation of teachers. A case study was carried out in which a descriptive analysis of the Innovation Center of UFMG was carried out to identify and analyze the relevance of the technologies produced by UFMG between 2012 and 2017. The choice of UFMG as data source was given by this institution presents the largest number of patents registered in Brazil and also because it is the institution to which two of the researchers are affiliated. The results show that by investing in technology transfer, the institution fosters a culture of innovation, also strengthening the entrepreneurial culture and concern for the protection technologies.

KEYWORDS: Innovation. Technology transfer. Nucleus of Technological Innovation. UFMG.

⁴⁰ Docente do IFNMG campus Almenara (MG). Doutorando em Inovação Tecnológica (UFMG). E-mail: jlc.oliveira13@gmail.com.

⁴¹ Docente do IFNMG campus Araçuaí (MG). Doutorando em Inovação Tecnológica (UFMG). E-mail: jfsarcar@gmail.com.

⁴² Docente da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutor em Economia (UFMG). E-mail: chico.horacio@gmail.com.

⁴³ Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Economia (URFJ). E-mail: msrapini@cedeplar.ufmg.br.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

1 INTRODUÇÃO

A noção de inovação e suas implicações tecnológicas, organizacionais, de produção e em outros aspectos atualmente é debatida de modo exaustivo em universidades, centros e institutos de pesquisa, mesas-redondas de agentes públicos, empresas privadas e outros agentes. Justifica-se essa discussão pelo fato de vivermos em um cenário de alta competitividade e que é constantemente modificado pelas influências tecnológicas oriundas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Nesse cenário, inovar se apresenta como uma necessidade para as organizações se tornarem mais competitivas. Shumpeter (1934) apontou para a inovação como uma forma de diferenciar-se da concorrência. Para o autor, existe uma forte correlação entre o desenvolvimento econômico, o empreendedor, a inovação e a concorrência. Em sua visão, a inovação é a força de desenvolvimento; o empreendedor, quem impulsiona essa inovação; e a concorrência, quem motiva todo esse processo.

Ainda hoje, na academia, os termos “inovação” e “empreendedorismo” têm sua aceitação questionada. Embora as universidades possuam papel fundamental no fomento à inovação, uma vez que de acordo com o modelo da hélice tríplice proposto por Etzkowitz (2005), as universidades, empresas e governos são atores basilares para que uma tecnologia se transforme em inovação, trazendo benefícios plurais à sociedade, não há cisão nos esforços para que se inove e empreenda em conjunto com o envolvimento de universidades, empresas e governos.

Segundo Nader (2018), no atual cenário brasileiro, ocorre o fenômeno da precarização da pesquisa, em que há um desestímulo à pesquisa, que é

268

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

elemento base para desenvolver inovação. Essa precarização acontece, principalmente, pelos cortes de recursos cada vez mais constantes no Brasil, segundo Moreno (2018) já que cerca de 90% das universidades federais perderam verba real no orçamento nos últimos cinco anos e, no mesmo período, a verba nacional destinada para a educação recuou 28%.

Considerando isso, fica clara a necessidade de as universidades buscarem alternativas para angariar recursos financeiros. A captação de recursos financeiros oriundos de outras fontes que não sejam da União pode ser viabilizada a partir de dois dispositivos, a saber: a Lei da Inovação (2004) e o novo Marco Legal da Inovação (2018). Para Oliveira e Carvalho (2018), ambos possibilitam o funcionamento da hélice tríplice e, com isso, permitem impulsionar a transferência de tecnologia e a captação de recursos para as universidades através das transferências, cessão e *royalties*.

Para que as universidades pudessem fazer a transferência de tecnologias para o setor privado, foi necessário criar o respaldo legal, nesse caso a Lei da Inovação (2004). Essa lei preconiza que, para a realização de transferências de tecnologias, a universidade deverá possuir um órgão responsável pela gestão de tecnologias, os chamados Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).

Segundo Oliveira e Carvalho (2018), existindo o respaldo legal, esperava-se que o empreendedorismo docente fosse estimulado, ou seja, que a classe docente enxergasse a pesquisa não somente como uma atividade acadêmica, mas também como uma oportunidade de transformar a pesquisa em produto ou serviço ou deixando-a encaminhada para que o setor privado conduzisse essa tecnologia até o mercado.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Considerando esse aspecto, este artigo busca justamente responder: *como o incentivo à transferência de tecnologia pode servir de plataforma para o fortalecimento de uma cultura de inovação da universidade pública brasileira?*

De acordo com Baldini, Grimaldi e Sobrero (2007), as instituições com regras internas para estímulo de produção de tecnologia e patenteamento demonstram aos pesquisadores seu empenho em promover uma mudança cultural, qual seja a de desenvolver um ambiente empreendedor. Tendo isso em vista, aqui investigamos as políticas de transferência do NIT da universidade brasileira que mais patenteia tecnologias: o NIT da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foram foco da análise as contribuições do núcleo ao fomento à transferência de tecnologias pela ótica da gestão de patentes, tipo de inovação das tecnologias desenvolvidas e grau de participação empreendedora dos docentes.

Na busca por resposta à questão que serve de fio condutor para este artigo, o trabalho foi estruturado da seguinte maneira: na seção 1, apresentamos o referencial teórico que alicerça a discussão aqui promovida e que possui em seu bojo as seguintes contendas: inovação, núcleo de inovação tecnológica e transferência de tecnologia. Na seção seguinte, apresentamos a metodologia de pesquisa que embasou as análises. Em seguida, na seção 3, são apresentados os resultados obtidos por meio das análises. Posteriormente, trazemos nossas considerações finais.

2 INOVAÇÃO

É notório que vivemos em um ambiente de grande competitividade de mercado e de altas transformações, o que afeta diretamente as opções de

270

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

compra por parte do consumidor, estimulando novos mercados e criando percepções em mercados já consolidados. Alguns autores, como Rados e Dias (2015), defendem que, sem inovar, uma organização reduz significativamente sua capacidade competitiva.

Por essa razão, a competitividade incentiva o investimento em inovações e, por meio disso, as organizações, de forma geral, veem-se obrigadas a criar processos, ideias, tecnologias para manter-se competitivas no mercado. Entretanto, para uma compreensão plena desse contexto, é necessário diferenciar inovação e invenção.

Para Schumpeter (1934), a criação de um novo produto ou artefato que poderá ter, ou não, uma relevância econômica, é chamada de invenção. Essa invenção, por sua vez, será uma inovação apenas quando for tratada ou transformada em mercadoria de maneira que possa ser economicamente explorada.

Freeman e Soete (1997) entendem a invenção como o ato de criar conhecimento. Assim, mesmo se tendo uma patente de uma invenção, não se pode dizer que isso se configura como uma inovação, pois a patente por si só pode ficar esquecida ou não se transformar em um produto comercializável. Por outro lado, não se pode desassociar uma ideia da outra, isto é, separar a inovação da invenção. Conforme ressalta Santos (2005), uma inovação não existe sem a invenção, da mesma maneira que não existem diferentes técnicas, sem tecnologia.

Baregheh, Rowley e Sambrook (2009) propõem uma definição diagramática para inovação, em que essa é o processo de vários estágios pelos quais as organizações transformam ideias, produtos, serviços ou processos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

aprimorados, de modo a avançar, competir e se diferenciar com sucesso em seu nicho de mercado. A Figura 1, a seguir, apresenta a proposição dos autores.

Figura 1 – A noção de inovação de Baregheh, Rowley e Sambrook (2009)



Fonte: Baregheh, Rowley e Sambrook (2009, p. 1333)

O'Connor *et al.* (2008) comentam sobre os meios de tornar a inovação uma atividade sustentável. Para eles, a gestão da inovação revolucionária requer capacidades de diversas pessoas-chave em diversas dimensões para este fim sustentável. Essas capacidades perpassam por influências internas, foco na inovação, consolidação da indústria, recursos financeiros e outros.

Schumpeter (1934) afirma que a inovação é uma combinação de elementos ou recursos que já existem para produção de novos produtos, ou produtos que já existem, mas produzidos com mais eficiência, de modo a ampliar a competitividade desses produtos. Segundo o Manual de Oslo (2006, p. 55), inovação “é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de *marketing*, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios”.

De acordo com o Manual de Oslo, as inovações se diferem dada a complexidade do processo de inovação e as variações que ocorrem dentro das diferentes empresas. Dado esse cenário, foram normatizados, com objetivo de se fornecerem definições operacionais, para a utilização em pesquisas. Essas definições são: de produto, de processo, de *marketing* e organizacional. A Tabela 1, a seguir, desenvolve, brevemente, cada um desses tipos de inovação.

Tabela 1: Definição dos tipos de inovação

Tipo de inovação	Definição
De produto	Introdução de um bem ou serviço novo ou significativamente melhorado no que concerne às suas características ou usos previstos. São exemplos: melhoramentos significativos em especificações técnicas, componentes e materiais, <i>softwares</i> incorporados, facilidade de uso ou outras características funcionais.
De processo	Implementação de um método de produção ou distribuição novo ou significativamente melhorado. Incluem-se neste caso: mudanças significativas em técnicas, equipamentos e/ou <i>softwares</i> .
De <i>marketing</i>	Implementação de um novo método de <i>marketing</i> com mudanças significativas na concepção do produto ou em sua embalagem, no posicionamento do produto, em sua promoção ou na fixação de preços. Exemplo: mesmo produto com nova embalagem sustentável e com melhor formato.
Organizacional	Implementação de um novo método organizacional nas práticas de negócios da empresa, na organização do seu local de trabalho ou em suas relações externas. Como exemplo: novo modelo de gestão que permite maior autonomia para os colaboradores no processo decisório.

Fonte: OCDE – Manual de Oslo (2006) (adaptado)

Freeman (1968) classifica as inovações de acordo com seus impactos: a) **Inovações incrementais**: são consideradas as mais elementares nas mudanças tecnológicas, abrangendo melhorias de qualidade e design de

273

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

produtos, melhoria de layouts em processos, novas arrumações logísticas e práticas de venda; b) **Inovações radicais**: é uma inovação geralmente fruto de atividades de P&D e tem um caráter descontínuo no tempo e nos setores, é chamada por radical, pois rompe as trajetórias existentes, inaugurando uma nova rota tecnológica.

Na década de 1990, foi inserida outra classificação de inovação a partir dos estudos de Clayton Christensen, a chamada inovação disruptiva. Para Christensen (1997), as inovações disruptivas são aquelas que provocam uma ruptura no modelo de negócios existente. Ao fazer isso, elas, normalmente, favorecem o aparecimento de novos entrantes, isto é, deixam margem para o surgimento de novos atores no mercado. Dessa maneira, pode-se entender, grosso modo, que a inovação disruptiva é aquela geradora de novos mercados, com novos conceitos de qualidade para novos consumidores.

A compreensão de conceitos e tipos de inovação nos permite conhecer a importância das inovações na sociedade. Uma organização com uma cultura inovadora é uma instituição disposta à mudança, a quebrar paradigmas e alinhada com os diferenciais competitivos que o mundo atual exige. Tendo sido isso vencido, passamos ao entendimento do que seria uma cultura de inovação.

3 CULTURA DE INOVAÇÃO

Papaconstantinou (1997) observou que as organizações direcionam seus esforços na criação de novos produtos, melhoria dos processos, da força de trabalho, da habilidade de aprendizagem e das características do ambiente em que operam. Nesse escopo, o processo de inovação se conecta a aspectos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

subjetivos da organização, como a cultura organizacional. Nonaka e Takeuchi (1997) trazem que a cultura organizacional é a junção de crenças que uma organização possui com os conhecimentos desenvolvidos dentro do ambiente organizacional. Além disso, a cultura é alicerce para uma organização inovadora (KNOX, 2002).

Sendo assim, as inovações podem modificar a percepção do mundo pelo ator organizacional, impactando, dessa forma, a cultura organizacional (MACHADO, 2004). Logo, a inovação está presente nos ambientes organizacionais, já que pode ser encontrada por comportamentos ou ações realizadas pela organização (DOBNI, 2008).

Nesse escopo, a cultura de inovação consiste, para Steele e Murray (2004), numa forma de manutenção da competitividade organizacional, uma vez que possibilita a criação de novas técnicas de gestão e possibilita o aumento da competitividade organizacional. Existem abordagens que inserem a cultura de inovação dentro da cultura organizacional, como observam Janiuaite e Petraite (2010), já que o ambiente e a cultura da organização são importantes para o desenvolvimento de inovações (AHMED, 1998).

Dobni (2008) afirma que a cultura de inovação pode ser definida a partir de múltiplas dimensões que incluem ser inovativo, ter estrutura que dê suporte à inovação e o ambiente favorável à implementação da inovação.

Em Zien e Buclker (1997, p. 275), a cultura da inovação engloba “líderes de todos os níveis das empresas altamente bem-sucedidas e maduras contando e recontando histórias de experiências e explorações inovativas”. Os autores adotaram uma visão antropológica do assunto, para compreender como essas organizações mantêm o espírito inovativo (ZIEN; BUCLKER, 1997). Assim, as

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

organizações com maior enfoque para a inovação são aquelas que possuem uma cultura voltada ao desenvolvimento da criatividade e que possibilitam aos atores organizacionais desenvolverem sua capacidade para inovar (AHMED, 1998).

Considerando o que foi desenvolvido nesta subseção, uma cultura da inovação é fundamental para um ambiente favorável à inovação, porque possibilita o desempenho efetivo das organizações e o desenvolvimento de vantagens competitivas.

Nesse aspecto, isso se mostra um desafio custoso, já que “depende de um ambiente favorável, de pessoas criativas e sem medo de errar, de recursos para pesquisas e uma interação muito próxima com o mercado e seus atores, de modo a perceber as oportunidades existentes” (SERRA; FIATES; ALPERSTED, 2007, p. 182).

4 NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E A TRANSFERÊNCIA DA TECNOLOGIA

A transferência de tecnologia, segundo Siegel *et al.* (2003), depende do envolvimento de vários entes articuladores para a sua efetividade, quais sejam: os Escritórios de Transferência de Tecnologia (ETT), cientistas das universidades e os empreendedores. Os ETTs se destacam nesse processo como os entes viabilizadores da interação entre a universidade e a empresa, já que são essas entidades que fornecem o suporte de negociação entre quem desenvolve e quem aplica a tecnologia.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Os ETTs (TTO na sigla em língua inglesa, de *Technology Transfer Offices*) são originários dos Estados Unidos da América e nasceram de uma ação legislativa específica, o chamado *Bayh-Dole Act*⁴⁴, que possibilitou às universidades executarem a gestão da propriedade intelectual (PLONSKI, 1998). Em outras palavras, tal lei permitiu a negociação de patentes e licenciamentos do conhecimento gerado na universidade com o setor empresarial.

Rogers, Yin e Hoffmann (2000) ressaltam a importância da criação dos ETTs. Segundo os autores, o crescimento nos números de escritórios aumentou exponencialmente, o que foi acompanhado por arrecadações relevantes, casos das universidades de Michigan e Stanford, a primeira arrecadando 160 milhões e, a última, 143 milhões de dólares em tecnologias licenciadas. Esse modelo americano serviu como incentivo para outros países. Na Europa, a partir da década de 1990, foram criadas legislações voltadas para a transferência de tecnologias e o estabelecimento dos ETTs, o que gerou um fortalecimento das políticas de incentivo à transferência de tecnologias. (MUSTAR, WRIGHT E CLARYSSE, 2008).

Os ETTs, de acordo com a OCDE (2003, p. 80), são definidos como organizações que contribuem dentro das organizações públicas de pesquisa a “identificar e administrar seus ativos intelectuais, incluindo a proteção da propriedade intelectual e transferindo ou licenciando os direitos a terceiros visando a um desenvolvimento complementar”.

⁴⁴ Lei específica de Propriedade Intelectual que permitiu às universidades negociarem pesquisas que foram financiadas pelo governo norte americano.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

No Brasil, existe a figura do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, que foi criado a partir da lei nº 10.973 de 2004, a chamada Lei da Inovação Tecnológica (BRASIL, 2017). O texto da lei é apresentado em três etapas: a) a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre universidades, institutos tecnológicos e empresas; b) o estímulo à participação de institutos de ciência e tecnologia no processo de inovação; c) o estímulo à inovação nas empresas.

De acordo com a Lei 10.973/2004, a Lei de Inovação, regulamentada pelo Decreto nº 5.563/05, estabelece em seu Art. 16 as competências mínimas de um NIT: a) zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; b) avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta lei; c) opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição; d) Opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual; e) Acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.

Conforme disposto no artigo 2º da Lei de Inovação, os NITs “são as estruturas instituídas por um ou mais Institutos de Ciência e Tecnologia – ICT, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas pela lei” (BRASIL, 2004).

A partir da promulgação do texto da lei, iniciou-se um novo marco no Brasil para a promoção do desenvolvimento e o fomento dos ecossistemas de inovação. Para Namba (2006), o ecossistema de inovação é definido como uma

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

infraestrutura para fomentar inovação, em que ofertantes e demandantes de inovação interagem como público estratégico. O usuário é chamado a participar como “cocriador” da inovação.

Dentre as principais atividades desempenhadas pelos NITs relacionadas à gestão da propriedade intelectual dos ICTs, destacam-se as ações visando à proteção e transferência de tecnologias. Essa última ação vem tomando cada vez mais importância, já que pode favorecer a inserção de novas tecnologias no mercado e pode contribuir para que as universidades obtenham retornos que contribuirão para financiar cada vez mais pesquisa.

Assim, desde a regulamentação dos NITs, as ICTs, vem se articulando para institucionalizar esses núcleos, tendo o suporte necessário para estimular o processo de inovação por meio de uma gestão da propriedade intelectual cada vez mais eficiente, com destaque para as ações relacionadas à proteção e ao licenciamento de tecnologias.

De maneira específica, o licenciamento de tecnologias vem ganhando espaço nos últimos anos. Amparados pela lei, as ICTs possuem a opção de firmar parcerias com terceiros interessados em licenciar suas tecnologias, podendo explorá-las comercialmente e contribuindo para avançar o P&D, fazendo com que essas tecnologias consigam se tornar produtos, sendo disponibilizadas à sociedade. Segundo Castro e Sousa (2012), tais políticas fizeram com que a gestão da inovação tecnológica dentro das universidades fosse definida como uma ação política estratégica para o país.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

5 TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Historicamente, o homem tem marcado a humanidade com o desenvolvimento de técnicas com o propósito de sobrevivência, adaptação de clima, alimentação, dentre outros. De acordo com Veraszto (2004), o desenvolvimento das técnicas possibilitou a evolução histórica do homem. Contextualizar as técnicas a cada época nos permite compreender a ativa participação da tecnologia no progresso da sociedade, o que enriquece muito o conceito de tecnologia.

A tecnologia, em linhas gerais, é: “um processo que envolve os setores de ciência, de engenharia, de tecnologia, de produção e comercialização e de divulgação” (ALMEIDA, 1981, *apud* CYSNE, 2005, p. 5). Ainda em (ALMEIDA, 1981, *apud* CYSNE, 2005, p. 5) a tecnologia “nasce no setor que produz ciência (universidade), tem avanços nas aplicações científicas nos institutos de pesquisa, é projetada como produto, processo e serviço pelas empresas”. Alguns autores acreditam que a tecnologia tem uma definição mais ampla. Para Gordillo (2001), a tecnologia é algo universal; um mesmo produto, serviço ou artefato poderia surgir em qualquer local e, conseqüentemente, ser útil em qualquer contexto.

É nesse ambiente de utilidade da tecnologia que discutiremos a transferência de tecnologia. De acordo com Natal e Vivés (1998), o autodesenvolvimento ou aquisição são formas de obtenção de uma tecnologia. O autodesenvolvimento pode ser muito dispendioso, o que faz com que a aquisição de uma tecnologia já existente seja a maneira mais viável de uma organização possuir aquela tecnologia desejada. Segundo Rogers, Takegami e

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Yin (2001, p. 254), a Transferência de Tecnologia (TT) é “a movimentação da inovação tecnológica de uma organização de pesquisa e desenvolvimento para uma organização receptora”.

Para Stevens, Toneguzzo e Boström (2005), por sua vez, a transferência de tecnologia consiste em um conjunto de etapas que descrevem a transferência formal de invenções oriundas de pesquisas científicas realizadas por instituições de ensino e pesquisa ao setor produtivo. Dito de outro modo, é a passagem de tecnologia e conhecimento de uma organização para outra (BOZEMAN, 2000). Esse processo ocorre a partir de duas condições, sobre as quais Takahashi (2005) discorre: (1) o transferidor precisa estar disposto a transferir; (2) o receptor precisa ter condições de absorver a tecnologia e o conhecimento transferidos. Isso, segundo Dias e Porto (2014, p. 491), “enseja a construção de uma relação de parceria entre ofertantes e demandantes da tecnologia”.

De acordo com o Manual de Oslo (2006, p. 93), as tecnologias podem ser coletadas de acordo com três tipos de interações ou fontes: a) **fontes abertas de informação**: informações disponíveis que não exigem a compra de tecnologia ou de direitos de propriedade intelectual ou interação com a fonte; b) **aquisição de conhecimentos e tecnologia**: compras de conhecimento externo e/ou conhecimentos e tecnologias incorporados em bens de capital (máquinas, equipamentos, *softwares*) e serviços, que não envolvem interação com a fonte; c) **inovação cooperativa**: cooperação ativa com outras empresas ou instituições públicas de pesquisa para atividades de inovação (que podem incluir compras de conhecimento e de tecnologia).

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Bekkers e Freitas (2008) apresentam diferentes possibilidades de transferência de tecnologia que podem ser formais e informais: publicações científicas; parcerias; contratos; *spin-offs* universitárias; licenciamento e outras. Na Universidade de São Paulo (USP), segundo Dias e Porto (2014), o modelo de gestão de transferência de tecnologia está apoiado em três canais: a) licenciamento de patentes; b) projetos de P&D em parceria; c) fomento e apoio à criação de empresas *spin-offs*. De acordo com o mesmo autor, esses canais são os mais expressivos e procurados por entidades do setor produtivo que buscam na universidade fontes de tecnologia.

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), por sua vez, Dias e Porto (2013) mostram que o modelo é caracterizado pela gestão de (a) licenciamento de patente da universidade para empresa; (b) de fornecimento de tecnologia (*know-how*); (c) de criação de empresas *spin-offs*. A universidade ainda criou um banco de competências, o que possibilita agilizar o atendimento aos interessados em TT, reunindo as linhas de pesquisas dos docentes que se interessam nas parcerias com o setor produtivo.

As duas universidades são exemplos de transferências de tecnologias no Brasil. De acordo com Muscio (2010), esse tipo de universidade se caracteriza pela excelência em pesquisa; gestão orientada para negócios e receptividade dos departamentos da universidade para com os serviços do ETT.

6 METODOLOGIA

Investigar as questões relacionadas às inovações e à transferência de tecnologia carece da junção de mais de um olhar científico para conseguir

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

responder à pergunta que problematiza esta pesquisa. Carvalho, Pimenta e Oliveira (2018) lembram que, na atualidade, os objetos de pesquisa estão mais complexos e necessitam continuamente do olhar de mais de uma ciência para a sua compreensão e investigação.

Dessa forma, foram apropriados conceitos da Administração, da Administração Pública e da Economia para dissertar sobre o tema, no referencial teórico. Essa pesquisa possui característica descritiva com base no critério proposto por Cooper e Schindler (2003). Segundo esses autores, as pesquisas descritivas são aquelas que têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou então o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos meios de investigação, podemos considerar este como um estudo de caso, pois foi feito na Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), o núcleo de inovação tecnológica da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa escolha se justifica por ser a UFMG a Instituição Federal de Ensino Superior (IFES) com maior número de produção de patentes (UFMG).

Escolheu-se o estudo de caso já que em Yin (1989), nota-se essa metodologia é indicada para responder a perguntas que se iniciam com “como” ou “por que”, tratando-se, portanto, de questões explicativas e que versam acerca de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

Para Vergara (2013, p. 41), esse tipo de investigação exploratória “é realizada em área que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”. Martins e Theóphilo (2009) corroboram isso ao ressaltar que a pesquisa

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

bibliográfica procura discutir um determinado assunto, alicerçado em publicações científicas.

Os dados investigados foram as tecnologias transferidas pela CTIT/UFMG entre os anos de 2012 e 2017. De posse desses, buscamos analisar o processo de funcionamento da hélice tríplice, a capacidade de geração de inovação da universidade e, por fim, a relação entre transferência de tecnologias e participação dos docentes nesse processo.

7 O NÚCLEO DE INOVAÇÃO DA UFMG E A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: A ATUAÇÃO DA CTIT

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é uma das maiores e prestigiadas instituições de ensino do Brasil. Financiada pelo governo federal, a universidade possui 4 *campi* universitários, 48.949 alunos matriculados (sendo 14.013 de pós-graduação), 2.818 docentes, 63 cursos de doutorado e 77 de mestrado. São 755 grupos de pesquisa e 600 laboratórios.

A UFMG abriga a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CTIT, o equivalente ao Núcleo de Inovação da Universidade Federal de Minas Gerais, que foi criada em 1997 e atua em direção ao favorecimento e fortalecimento do Sistema Regional de Inovação. Os esforços realizados para que as pesquisas desenvolvidas na UFMG cheguem à sociedade em forma de novos produtos, processos e serviços perpassam longas ações envolvendo sempre o compromisso e a responsabilidade da universidade com a inovação. Atualmente, a CTIT é o órgão responsável, principalmente, pela gestão das patentes e pela transferência de tecnologias da UFMG. Em Dias e

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Porto (2014), é demonstrada a importância desse tipo de organização, uma vez que contribui, de maneira crescente, para a transferência de tecnologias desenvolvidas nas universidades.

De acordo com o relatório de Indicadores de Propriedade Industrial 2017 do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual), a UFMG foi a universidade com maior número de depósito de patentes no Brasil. Tal desempenho é fruto de uma política de conscientização juntos aos pesquisadores sobre a importância de se protegerem as tecnologias desenvolvidas na universidade. Segundo um estudo sobre proteção e patentes realizado pela Fapesp (2017), até 2005, a UFMG somava 160 patentes, já em 2015 esse número subiu para 747 patentes, mostrando assim que a cultura de investimento em patentes está sólida nessa universidade.

Este trabalho analisou as tecnologias negociadas pela UFMG entre os anos de 2012 e 2017, em três dimensões: (1) tipo de inovação (radical ou incremental); (2) grau de proteção patentária; (3) participação de docentes em tecnologias após o licenciamento.

Para primeira dimensão, foi observado o grau de inovação das tecnologias desenvolvidas pela UFMG. Verificamos que 81% das inovações são incrementais; 12% radicais e 7% tradicionais.

A UFMG é considerada uma das universidades mais inovadoras do Brasil: é o que mostra o índice Universidades Empreendedoras (2017). Tal índice analisou 55 instituições brasileiras e, nesta análise, no critério de universidades que mais inovam, a UFMG ocupa a terceira posição, precedida por UFPR e USP (BAGATINI, 2017). A inovação é algo naturalmente complexo, assim, ao se focar na inovação radical, essa complexidade se potencializa, o que aumenta a

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

necessidade de maiores investimentos proporcionais aos altos riscos de insucessos.

Os dados obtidos mostram que, das tecnologias transferidas pela UFMG, aproximadamente 90% delas não são radicais. O que implica que a maioria das tecnologias transferidas pela universidade são classificadas como inovações do tipo incremental. Este dado apresenta o quanto das tecnologias desenvolvidas na universidade são inovações do tipo radical e incremental, não foi encontrado outros dados similares, ao qual permitissem uma comparação com outras universidades.

A segunda dimensão da análise foi investigar o grau de proteção por patentes das tecnologias transferidas, ou seja, objetiva identificar se a universidade possui uma política de proteção das universidades de forma prática, o que implica na busca de quanto das tecnologias são protegidas. Verificou-se que 28,33% das tecnologias não eram patenteadas, ao passo que 71,67% eram patenteadas. Com a proteção de 72% das tecnologias por meio de patentes, a UFMG demonstra, por meio das ações de proteção angariadas pelos seus pesquisadores, que a academia brasileira se preocupa cada vez mais em proteger os resultados de pesquisas científicas para finalidades econômicas. Uma observação importante: nem todas as tecnologias desenvolvidas são passíveis de patentes, como os exemplos de *software*, *know-how*, cultivar, desenho industrial, entre outros.

Foi possível também levantar a distribuição de tecnologias negociadas por área, sendo: 35% para Ciências Biológicas; 26,67% para Ciências Exatas e da Terra; 25% Ciências da Saúde e, por fim, 13,33% para Engenharias. Esses

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

números mostram a pluralidade das tecnologias desenvolvidas pela universidade.

De acordo com o Ado Jorio, então pró-reitor de Pesquisa da universidade, em entrevista à revista da Fapesp (2017), um dos motivos do grande número de patentes da UFMG se justifica por:

Se tratar de um fruto do trabalho realizado pelo Núcleo de Inovação Tecnológica da UFMG, que, desde 2006, conta com um setor de análise e redação de patentes. Também a partir de 2010 a universidade passou a fazer um trabalho de educação da comunidade científica, alertando para a importância da proteção intelectual (JORIO, 2017, p. 95).

Esse dado corrobora o achado de Dias e Porto (2018), que afirmam que as universidades brasileiras estão preocupadas com a proteção de seus conhecimentos. Silva e Dagnino (2009) complementam que, no Brasil, entre os anos de 2001 e 2009, as universidades ultrapassaram as empresas em pedidos de proteção de tecnologias.

Para Chapple *et al.* (2005), a proteção por parte das universidades se justifica não somente pelos ganhos gerados por licenciamentos, mas também com os benefícios para a comunidade por meio do fortalecimento de competitividade e aumento de empregos gerados pelo receptor deste licenciamento.

A terceira dimensão analisada é a de entender a participação dos docentes no processo de proteção e de transferência de tecnologias da UFMG, ou seja, levantar os números de docentes envolvidos que continuem no processo após a transferência para o setor produtivo. Acerca disso, observamos que, entre os anos de 2012 e 2017, apenas 7% dos professores/pesquisadores da UFMG

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

participavam de empresas que transferiram a tecnologia, ou seja, 7% desses professores estavam, de alguma forma, ligados a tecnologias na empresa licenciante, enquanto 93% desses pesquisadores transferiam sua tecnologia para um terceiro sem que existisse sua participação após o licenciamento.

Em princípio, tende-se a analisar que 7% é um número pequeno, mas isso se deve ao fato da rígida legislação em relação ao sistema de contratação de professores/pesquisadores das universidades federais brasileiras. A maioria desses profissionais são de dedicação exclusiva, com carga horária de 40 horas, o que os impossibilita participar em outras atividades, como, por exemplo, ser sócio de uma empresa. Alguns optam pela não dedicação exclusiva, o que legalmente lhes permite concomitantemente serem pesquisadores e empreendedores com suas empresas, mas o número de professores-pesquisadores vinculados às IFES é pequeno.

Esforços estão sendo combinados para modificar esse panorama. A lei de inovação apresenta-se como uma aposta, já que buscou estabelecer um conjunto de incentivos para fortalecer a interação entre empresas e ICT (PÓVOA; RAPINI, 2010).

Outro esforço se dá a partir do Novo Marco Legal da Inovação, de 2018, que possibilita que docentes sejam sócios de empresas. Essa ação pode ampliar o número de professores empreendedores no Brasil, já que possibilita maior facilidade para criação de *spin-offs* oriundas das universidades, aberturas de empresas de base tecnológica e maior capacidade de transformar pesquisas em produtos e serviços inovadores, aumentando assim a capacidade competitiva do Brasil. Essa perspectiva pode modificar o atual panorama, que é insipiente, em

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

termos de colaboração de universidades e empresas nos países latino-americanos (DIAS; PORTO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscarmos a resposta da pergunta que serviu como fio condutor para esta pesquisa – *como o incentivo à transferência de tecnologia pode servir de plataforma para o fortalecimento de uma cultura de inovação da universidade pública brasileira?* –, visualizamos que historicamente a UFMG vem se fortalecendo no cenário da inovação, por meio da produção e gestão da propriedade intelectual.

Em relação ao grau de inovação, apurou-se que aproximadamente apenas 6% das tecnologias não são inovadoras, enquanto outros 94% são considerados inovações radicais ou incrementais. Sob o prisma da proteção das tecnologias por patentes, a grande maioria das tecnologias da UFMG é protegida por patentes, o que mostra a atenção da universidade com a proteção de suas pesquisas. Em relação à capacidade empreendedora dos docentes, dito de outro modo, à capacidade dos docentes em empreender e criar *spin-offs* dentro da universidade, entendeu-se que as perspectivas são otimistas, principalmente considerando o advento do marco legal da inovação. Outro aspecto foi observado: o objetivo do docente em produzir tecnologias inovadoras associado à preocupação em patentear suas tecnologias desenvolvidas em suas pesquisas.

A UFMG estrutura seu NIT desde 1997, ou seja, há 21 anos, o que demonstra a preocupação da universidade em colocar em prática conceitos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

como da hélice tríplice e da relação universidade e empresa. Tal preocupação só fortalece a disseminação da cultura da inovação, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade nas perspectivas econômicas e sociais.

REFERÊNCIAS

AHMED, P. K. Culture and climate for innovation. **European Journal of Innovation Management**, v. 1, n. 1, p. 30-43, 1998.

BAGATINI, K. D. C. (coord.). **Índice de Universidades Empreendedoras 2017**. São Paulo: 2017. Disponível em: https://inovacao.ufg.br/up/860/o/Universidades_Empreendedoras_2017.pdf?1512135012. Acesso em: mar. 2019.

BALDINI, N.; GRIMALDI, R.; SOBRERO, M. To patent or no to patent? A survey of Italian inventors on motivations, incentives and obstacles to university patenting. **Scientometrics**, v. 2, n. 70, p. 333-354, 2007.

BAREGHEH, A.; ROWLEY, J.; SAMBROOK, S. Towards a multidisciplinary definition of innovation. **Management Decision**, v. 47, n. 8, p. 1323-1339, 2009.

BEKKERS, R.; FREITAS, I. M. B. Analysing knowledge transfer channels between universities and industry: to what degree do sector salso matter? **Research Policy**, v. 37, p. 1837-1853, 2008.

BOZEMAN, B. Technology transfer and public policy: a review of research and theory. **Research Policy**, v. 29, p. 627-655, 2000.

BRASIL. **Lei Nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 (Lei da Inovação Tecnológica)**. DOU, Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em: jul. 2017.

CARVALHO, J. F. S.; PIMENTA, C. A. M.; OLIVEIRA, S. D. Entre a ciência e a complexidade dos novos objetos de pesquisa: a construção interdisciplinar de

290

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

uma metodologia de pesquisa científica. **Educação, Cultura e Comunicação - ECCOM**, v. 9, n. 18, p. 105-116, 2018.

CASTRO, B. S.; SOUZA, G. C. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras. **Liinc em Revista**, v. 8, n. 1, p. 125-140, 2012.

CHAPPLE, W. *et al.* Assessing the relative performance of U.K. university technology transfer offices: Parametric and non-parametric evidence. **Research Policy**, v. 34, p. 369-384, 2005.

CHRISTENSEN, C. M. **The Innovator's Dilemma**. Boston: Harvard Business School Press. 1997.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CYSNE, F. P. Transferência de tecnologia entre a universidade e a indústria. **Encontros Bibli**, v. 10, p. 20-74, 2005.

DAGNINO, R.; SILVA, R. B. As patentes das universidades públicas. **Economia & Tecnologia**, v. 18, p. 169-172, 2009.

DIAS, A. A.; PORTO, G. S. Como a USP transfere tecnologia? **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 70, p. 489-508, 2014.

DIAS, A. A.; PORTO, G. S. Gestão de transferência de tecnologia na Inova Unicamp. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, p. 263-284, 2013.

DOBNI, C. B. Measuring innovation culture in organizations: the development of a generalized innovation culture construct using exploratory factor analysis. **European Journal of Innovation Management**, v. 11, n. 4, p. 539-559, 2008.

ETZKOWITZ, H. Reconstrução Criativa: hélice tripla e inovação regional. **Revista Inteligência Empresarial**, n. 23, p. 2-13, 2005.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

FAPESP. Universidades brasileiras investem em estratégias de promoção de uma cultura de propriedade intelectual entre seus pesquisadores. **Revista Pesquisa**, Fapesp, 2013. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/02/13/caminhos-para-promover-a-inovacao/>. Acesso em: 15 jun. 2018.

FREEMAN C. *et al.* Chemical Process Plant: Innovation and the World Market. *National Institute Economic Review*, n. 45, p. 29-57, 1968.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A Economia da Inovação Industrial**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

GORDILLO, M. M. **Ciencia, Tecnología y Sociedad**. Proyecto Argo. Materiales para la educación CTS. OEI (Organização dos Estados Íbero-Americanos). Disponível em: <http://www.oei.es/historico/salactsi/argo02.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INPI. Indicadores de Propriedade Industrial 2017. *INPI*, 2017. Disponível em: http://www.inpi.gov.br/sobre/estatisticas/arquivos/indicadores_pi/indicadores-depropriedade-industrial-2017-versao_portal.pdf. Acesso em 30 jun. 2018.

JANIUNAITE, B.; PETRAITE, M. The relationship between organizational innovative culture and knowledge sharing in organization: the case of technological innovation implementation in a telecommunication organization. **Socialiniai Mokslai**, v. 3, n. 69, p. 14-23, 2010.

KNOX, S. The boardroom agenda: developing the innovative organization. **Corporate Governance**, v. 2, n. 1, p. 27-36, 2002.

MACHADO, D. P. N. **Inovação e cultura organizacional**: um estudo dos elementos culturais que fazem parte de um ambiente inovador. 2004. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2004.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciência sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOREIRA, W. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção. **Janus**, v. 1, n. 1, p. 19-31, 2008.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

MORENO, A. C. 90% das universidades federais tiveram perda real no orçamento em cinco anos; verba nacional encolheu 28%. **G1 Educação**, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/90-das-universidades-federais-tiveram-perda-real-no-orcamento-em-cinco-anos-verba-nacional-encolheu-28.ghtml>. Acesso em: jul. 2018.

MUSCIO, A. What drives the university use of technology transfer offices? Evidences from Italy. **The Journal of Technology Transfer**, v. 35, p. 181-202, 2010.

MUSTAR, P.; WRIGHT, M.; CLARYSSE, B. University spin-offs firms: lessons from the ten years of experience in Europe, Science and Public Policy. **Research Policy**, v. 35, n. 2, p. 67-80, 2008.

NADER, H. B. Investimento para pesquisa é insuficiente. **Folha Online**, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/seminariosfolha/2018/03/investimento-para-pesquisa-e-insuficiente-diz-cientista.shtml>. Acesso em: ago. 2018.

NAMBA, M. **Accelerating Commercialization of University Output by Translating It into Social Value**. In: TECHNOLOGY MANAGEMENT FOR THE GLOBAL FUTURE, 2006, PICMET 2006. p. 794-802. *Proceedings* [...]. DOI: [10.1109/PICMET.2006.296615](https://doi.org/10.1109/PICMET.2006.296615).

NATAL, Y. D.; VIVÉS, A. **Gerenciamento do processo de transferência de tecnologia**. SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 1998, São Paulo, SP. *Anais* [...] São Paulo: [S.l.].

NONAKA, I. e TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OCDE[OECD]. **Turning Science into Business: Patenting and Licensing at Public Research Organizations**. Paris: OECD Publishing, 2003.

OCDE[OECD]. **Manual de Oslo**: Diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. 3. ed. Brasília: FINEP, 2006.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

OLIVEIRA, J. L. C.; CARVALHO, J. F. S. **Transferência de tecnologia como agente estimulador da cultura de inovação: um caso aplicado à UFMG.** SEMEAD, 2018, *In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD*, 21., 2018, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: SEMEAD, 2018.

O'CONNOR, G. C.; LEIFER, R.; PAULSON, A. S.; PETERS, L. S. **Grabbing Lightning: Building a Capability for Breakthrough Innovation.** San Francisco: John Wiley & Sons, 2008.

PAPACONSTANTINO, G. Technology and industrial performance. **The OECD Observer**, v. 204, n. 6, p. 6-10, 1997.

PÓVOA, L. M. C.; RAPINI, M. S. Technology transfer from universities and public research institutes to firms in Brazil: What is transferred and how the transfer is carried out. **Science and Public Policy**, v. 33, n. 2, p. 147-159, 2010.

PLONSKI, G. A. Cooperação empresa-universidade no brasil: um novo balanço prospectivo. *In: PLONSKI, G. A. (coord.). Interação universidade-empresa.* v. 1. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1998. p. 9-23.

RADOS, G. J. V.; DIAS, P. M. **Introdução a gestão da inovação.** 2015. Disponível em: http://tvled.egc.ufsc.br/biblioteca/biblioteca/enova_abimaq/Livros%20M%C3%B3dulo%20B%C3%A1sico/introducao_a_gestao_da_inovacao.pdf. Acesso em: 27 jun. 2017.

ROGERS, E. M.; TAKEGAMI, S.; YIN, J. Lessons learned about technology transfer. **Technovation**, v. 21, n. 4, p. 253-261, 2001.

ROGERS, E. M.; YIN, J.; HOFFMANN, J. Assessing the effectiveness of technology transfer offices at U.S. research universities. **The Journal of the Association of University Technology Managers**, v. 12, p. 47-80, 2000.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico:** uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

SERRA, F. A. R.; FIATES, G. G.; ALPERSTEDT, G. D. Inovação na pequena empresa: um estudo de caso na Tropical Brasil. **Journal of Technology Management & Innovation**, v. 2, n. 2, p. 170-183, 2007.

SIEGEL, D. S.; WALDMAN, D. A.; LINK, A. N. Assessing the impact of organizational practices on the relative productivity of university technology transfer offices: an exploratory study. **Research Policy**, v. 32, n. 1, p. 27-48, 2003.

STEVENS, A.; TONEGUZZO, F.; BOSTRÖM, D. **AUTM U.S. licensing survey: FY 2004 survey summary**. Ottawa: Association of University Technology Managers (AUTM), 2005.

TAKAHASHI, V. P. Transferência de conhecimento tecnológico: estudo de múltiplos casos na indústria farmacêutica. **Gestão & Produção**, v. 12, p. 255-269, 2005.

TORRES, N. N. J.; SOUZA, C. R. B. **Uma Revisão da Literatura sobre Ecossistemas de Startups de Tecnologia**. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON INFORMATION SYSTEMS, 12. Disponível em: <http://www.lbd.dcc.ufmg.br/colecoes/sbsi/2016/051.pdf>. Acesso em: set. 2017.

UFMG. **UFMG lidera ranking de patentes no Brasil**. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/ufmg-lidera-ranking-de-patentes-no-brasil>. Acesso em: jul. 2018.

UFMG. **UFMG em números**. Disponível em: <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/ufmg-em-numeros>. Acesso em: mar. 2019.

VERASZTO, E. V. **Projeto Teckids: Educação Tecnológica no Ensino Fundamental**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

YIN, R. **Case Study Research: Design and Methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1989.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CAETITÉ-BAHIA

Cymone Martins Cotrim Teixeira⁴⁵

Sandra Márcia Campos Pereira⁴⁶

RESUMO: Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla intitulada “*A Universalização da Educação Inclusiva no Plano Municipal de Educação de Caetité-Bahia: problematizando discursos e ações*” e fundamenta-se na análise dos discursos sobre a universalização da educação inclusiva na meta 4 do Plano Municipal de Educação (PME) em Caetité-BA, tendo por objetivo neste texto discutir sobre os discursos que visam materializar a educação inclusiva neste município, tomando como base teórico-metodológica as teorizações e postulados do filósofo francês Michel Foucault. A contribuição de Foucault pauta-se nos dispositivos e proposições em torno dos saberes, do exercício do poder e da governamentalidade, para refletir sobre o processo de constituição dos discursos. Os dados foram produzidos a partir de análise documental, entrevistas, questionários. Foram entrevistados três sujeitos que fazem parte da implementação do PME e responderam ao questionário três sujeitos representantes da Educação Especial e Inclusiva no Fórum Municipal de Educação. Os resultados apontam para uma vontade de verdade de ampliar o acesso na perspectiva inclusiva dos alunos com deficiência ao ensino comum a partir do PME; sua legitimidade é marcada pela vinculação institucional que faz funcionar a circulação do discurso de universalização; quanto à materialização das estratégias da meta 4 do PME, a análise evidencia uma falta de conhecimento ou clareza de um saber no campo da educação inclusiva para definir a quais concepções desse campo se aliam, para o exercício desses saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Universalização. Inclusão Escolar. Plano Municipal de Educação.

ABSTRACT: This article is part of a broader research entitled “The Universalization of Inclusive Education in the Municipal Education Plan of Caetité-Bahia: problematizing discourses and actions” and is based on the analysis of the discourses on the universalization of inclusive education in goal 4 of the Plan Municipal de Educação (PME) in Caetité-BA, with the aim of this text to discuss the discourses that aim to materialize inclusive education in this municipality, taking as a theoretical-methodological basis the theories and postulates of the French philosopher Michel Foucault. Foucault's contribution is based on the devices and propositions around knowledge, the exercise of power and governmentality, to reflect on the process of constituting discourses. The data were produced from documentary analysis, interviews, questionnaires.

⁴⁵ Mestre em Ensino – PPGEn- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. cymonecotrim@gmail.com.

⁴⁶ Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista –Unesp. Professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. sandra.campos@uesb.edu.br.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Three subjects who are part of the PME implementation were interviewed and three subjects representing Special and Inclusive Education at the Municipal Education Forum answered the questionnaire. The results point to a real desire to expand access in the inclusive perspective of students with disabilities to common education from the SME; its legitimacy is marked by the institutional link that makes the circulation of the universalization discourse work; As for the materialization of the PME goal 4 strategies, the analysis shows a lack of knowledge or clarity of knowledge in the field of inclusive education to define which conceptions of this field are allied to the exercise of this knowledge.

KEYWORDS: Universalization. School inclusion. Municipal Education Plan.

1 INTRODUÇÃO

As discussões, a seguir, levaram em consideração a análise dos discursos de universalização produzidos nas estratégias da meta 4 do Plano Municipal de Educação (PME), para a materialização da educação inclusiva no município de Caetité-BA, com o objetivo de discutir sobre os discursos e as estratégias que visam materializar a educação inclusiva no município considerando a articulação entre acesso e 'serviço continuum'. Neste estudo, o acesso é qualificado não só pela obrigatoriedade da matrícula, mas pela permanência com condições pedagógicas de aprendizagem, que promovam um ensino com equidade, respeitando a diversidade. O serviço 'continuum' se qualifica pelo apoio à escolarização do aluno público-alvo da educação especial, de forma complementar ou suplementar, caracterizando-se por uma rede de apoios, envolvendo profissionais, recursos e serviços específicos para atender a especificidade de cada sujeito. A nosso ver, os serviços de apoio são condicionantes para a materialização do discurso de universalização da educação inclusiva no contexto da escola comum.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Desse modo, os saberes produzidos sobre universalização da educação inclusiva constituem-se como espaço de produção do discurso e de sua distribuição pelos sujeitos e seu lugar de fala.

Para a organização e apresentação dos dados analisados optamos por dividi-los em três eixos de análise: O contexto de materialização do PME; Conhecendo o PME: uma articulação entre acesso e serviços.

Destacamos que os resultados apresentados não pretendem apontar o que é verdadeiro ou falso, mas, sim, as políticas que governam e regem esses discursos e que em uma rede de saber, poder e governamentalidade constroem suas contradições e sentidos. Compreendemos que as políticas que governam não estão limitadas à noção do poder administrativo, ao fato de ser conduzido pelo outro, mas, para pensar nas políticas públicas, “[...] entre o governo de si e o governo do outro, essa hesitação entre a obediência de ser conduzido pelo outro e a construção de si mesmo [...]” (RESENDE, 2018, p. 216), e do seu espaço de atuação.

2 METODOLOGIA

Tomamos como base teórico-metodológica as teorizações e postulados do filósofo francês Michel Foucault e a sua contribuição pauta-se nos dispositivos e proposições em torno dos saberes, do exercício do poder e da governamentalidade para refletir sobre o processo de constituição dos discursos. Considerando a governamentalidade relevante na análise empreendida neste texto destacamos o sentido dos “[...] modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

outros indivíduos” (FOUCAULT, 1995, p. 247). Nessa perspectiva, a governamentalidade define o controle e modelagem dos sujeitos e suas condutas sociais por meio de diferentes técnicas para a criação de sujeitos governáveis; agrega, para tanto, o biopoder, que é identificado por dois princípios: a tecnologia da disciplina e a tecnologia da biopolítica. O exercício do poder está, portanto, vinculado, no biopoder, à disciplina do corpo e manipulação dos sujeitos para torná-los dóceis e úteis; e, em outro aspecto, na biopolítica, pois centra-se na vida de uma população, controla eventos, gerencia riscos sociais, produz efeito de massa (FOUCAULT, 2010).

Os dados foram produzidos por meio de análise documental, entrevistas e questionários. Foram entrevistados sujeitos (Gestores) que fazem parte da implementação do PME e responderam ao questionário sujeitos representantes da Educação Especial e Inclusiva no Fórum Municipal de Educação. Considerando o lugar de fala, os enunciadores serão caracterizados com a letra (L) seguida de um número, conforme os sujeitos respondentes desta pesquisa. Para favorecer a visualização dos discursos transcritos no decorrer das análises, expomos trechos grifados.

3 O CONTEXTO DE MATERIALIZAÇÃO DO PME

O município de Caetité, atendendo às prerrogativas do Art. 8º da lei 13.005/2014, que aprova o PNE, realiza avaliação e atualização do Plano Municipal de Educação (PME) sob a Lei nº 789, em 22 de junho de 2015. Orientador da política educacional pelos próximos 10 anos, o PME atende à Lei

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9394/96, consoante com as diretrizes e metas do PNE.

As estratégias da meta 4 do PME estão distribuídas de acordo com as especificidades de atendimento e, desse modo, revelam os saberes inclusivos empreendidos em sua construção. O acesso é previsto para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, faixa etária de escolarização obrigatória, e também para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, como confirmamos na estratégia 4.2, que pretende

[...] promover, no prazo de vigência deste Plano, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (CAETITÉ, 2015).

No intuito de ampliar o debate sobre o discurso de universalização e as ações de materialização desse discurso, na condição de vontade de verdade elegível no PME, para subsidiar a implementação da universalização da educação inclusiva no município de Caetité, propomos uma visualização do mapeamento que identifica a proporção das escolas que sinalizam em seu quadro de matrículas, a existência de alunos com deficiência inclusos nas redes de ensino. Os dados referentes à Alunos incluídos na perspectiva da Educação Inclusiva no município no Quadro 01, adiante.

Quadro 01 - Alunos incluídos na perspectiva da Educação Inclusiva no município- Dados de Matrícula censo/2018

Dependência Administrativa	Total de alunos inseridos
Município	251

301

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Estado	24
Privada	20

Fonte: Deed/Inep/MEC (2018).

Como podemos observar nos dados do quadro 01, a materialização da meta 4 e da estratégia 4.2 pode ser vislumbrada na presença de alunos público-alvo da educação especial nas unidades de ensino do município de Caetité. Destacamos, em uma escala maior, na rede pública municipal a oferta nos anos iniciais; na rede pública estadual nos cursos de Ensino Médio Regular e no Ensino Profissional, observamos uma demanda reduzida, justificada no caso de Caetité, por ser recente o processo de inclusão, somado às dificuldades de permanência desse público nas classes comuns pela falta de recursos e serviços adequados para sua aprendizagem. Seguimos evidenciando, por meio dos dados do quadro 01, que na rede particular o número de alunos inclusos é significativo, se considerarmos o quantitativo de matrículas geral que é de 1.654 alunos, entre creche, pré-escola, ensino fundamental e médio. Apesar do alto custo financeiro para as famílias, existe uma demanda comum aos pais pela busca de um atendimento mais individual.

Por isso, entendemos que o acesso dessa população ao ensino comum e os novos saberes necessários para a inclusão estão em diálogo com as estratégias de serviços e recursos que irão potencializar a universalização da educação inclusiva ao público-alvo da educação especial, como enfatiza Kauffman (2003):

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

[...] a igualdade de oportunidades de aprendizagem e escolarização para pessoas com necessidades especiais depende da coexistência das modalidades de atendimento regular e serviços especializados. Tendo em vista que, para esse autor, a prestação de serviços adequados a necessidades dos alunos nem sempre será modalidade da educação regular (KAUFFMAN, 2003, p. 32).

Para promover uma política pública de educação que contribua para a inclusão de alunos com deficiência na escola comum é preciso ampliar as redes de serviços que favoreçam a aprendizagem, a permanência e a terminalidade⁴⁷. No caso do Atendimento Educacional Especializado, que tem sua primeira aparição na Constituição Federal de 1988 e seu significado se define como serviço de apoio complementar ou suplementar à escolarização do aluno com deficiência, sua oferta pode ocorrer na escola comum ou em salas especiais. Nessa modalidade estão inseridos os serviços de apoio condicionantes para a materialização do discurso de universalização da educação inclusiva.

Tendo em vista o discurso de universalização por meio do acesso, ele surge como vontade de verdade elegível no PME de subsidiar a implementação de ações para a educação inclusiva no município de Caetité-BA. Os dados da rede municipal revelam as aproximações e subjetivações dos sujeitos público-alvo da educação especial diante dos saberes constituídos por meio da meta 4 do PME.

As escolas municipais, em grande número, recebem alunos público-alvo da educação especial e essa distribuição ocorre em função da localização das

⁴⁷ É uma certificação de conclusão de escolaridade, fundamentada em avaliação pedagógica, com histórico escolar que apresente de forma descritiva as habilidades e competências atingidas pelos educandos com dificuldades acentuadas de aprendizagem. Disponível em: <<https://profmarli.com-terminalidadeespecifica>>. Acesso: 03 jun. 2019.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

escolas, atendendo à zona urbana e diferentes comunidades na zona rural, conforme distribuição ilustrada no quadro seguinte.

Quadro 02 - Unidades de Ensino da rede Municipal com alunos inclusos-
Matrícula 2019

TOTAL DE ALUNOS INCLUSOS	TOTAL DE ESCOLAS	34
	ZONA URBANA	176
	ZONA RURAL	69
	TOTAL	245

Fonte: Produzido pelas pesquisadoras com base no quadro de matrículas por escola da rede Municipal de Ensino. MEC/Inep/Deed (2019).

Conforme os dados anteriores, os alunos público-alvo da educação especial inclusos no ensino comum da rede municipal de Caetité perfazem um total de 245 (duzentos e quarenta e cinco) estudantes, sendo 176 deles (cento e setenta e seis) da zona urbana e 69 (sessenta e nove) da zona rural. Deste quantitativo de alunos 120 (cento e vinte) apresentam laudo, ou seja, menos da metade, em relação aos 125 (cento e vinte e cinco) que não possuem laudo que ateste algum tipo de limitação e/ou deficiência. Porém, inferimos a existência desse último grupo de alunos, com base na entrevista da enunciadora L2, que declara: “[...] estamos num universo de 7 mil e tantos alunos, desses aí são 350, 120 com laudos, então, assim, o crescimento em relação a essa questão foi muito grande [...]”, essa declaração remete a uma satisfação com o número de alunos com laudos médicos ou psicopedagógicos. L1, por sua vez, informa:

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

[...] cerca de 300 alunos, quer dizer 250/300 mais ou menos; oscila muito por conta do censo. Então o período que a gente está ali fechando o censo está em torno de 250, mas a gente chega a atender até 300 alunos na rede. Sendo que neste ano de 2019 [...] (L1).

Apoiados nessa vontade de verdade, a materialidade do discurso começa a se desenhar em ações que vislumbram o acesso dos alunos, público-alvo da educação especial, no contexto da educação inclusiva. O acesso do aluno à escola comum está presente nas estratégias e estão em ascensão nos discursos anteriores. No entanto, é possível observar que as enunciativas L1 e L2, ao retratarem em suas entrevistas um registro maior que o elucidado pelo quadro de matrículas, levanta uma questão interessante: quem são os alunos sem laudo? Não sabemos. Mas, podemos supor que em um contexto de inclusão o aluno sem laudo não receberá o atendimento adequado à sua necessidade específica, não terá acesso aos recursos necessários à sua aprendizagem e, conseqüentemente, não terá uma aprendizagem significativa para o seu desenvolvimento educacional e social. Para Moraes (2019, p. 20), os dados dos educandos sem laudo médico na análise geram um ponto de indagação em direção ao “[...] paradoxo inclusão/exclusão e invisibilidade. Trata-se de uma demanda presente no contexto escolar sem a devida identificação, diagnóstico e acompanhamento pedagógico específico”.

Diante da análise do PME, podemos afirmar que o discurso de universalização está atrelado aos serviços que viabilizam o acompanhamento do aluno no contexto da inclusão. Os saberes a serem construídos permeiam todas as estratégias referentes aos serviços, reafirmando-os como condição para garantir o acesso à escola, articulando dois momentos: primeiro, a redução das barreiras atitudinais, arquitetônicas e de comunicação; segundo, a introdução de

305

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

ações e estratégias que correspondam às necessidades de aprendizagem didático-pedagógicas através do atendimento educacional especializado. Este atendimento deve ser garantido a todos os alunos, reconhecendo suas necessidades de acompanhamento.

A ampliação do acesso e sua permanência poderão ser asseguradas pela estratégia 4.3, que prevê uma intervenção junto a estes alunos, para garantir sua permanência com serviço de estimulação, tendo em vista “[...] Elaborar, a partir do primeiro ano de vigência deste plano, um projeto bem estruturado entre as secretarias de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, visando garantir a intervenção precoce nas Instituições de ensino da Educação Infantil” (CAETITÉ, 2015).

Desse modo, o acesso ao ensino comum é reconhecido pelo PME como prerrogativa do direito à educação, previsto pelo Artigo 205 da Constituição Federal, e a escola é o espaço onde ocorre, de forma estruturada, a conexão entre saber e poder. Como uma máquina de governamentalidade, segundo Veiga-Neto (2001, p. 4), a escola é “[...] um lugar atraente para implementar mudanças sobre a lógica social, que se pretendem necessárias, seja no plano político, cultural ou econômico”. No que se refere à inclusão escolar, as contribuições de Foucault são importantes para articular a desconstrução do caráter normal/anormal atribuído ao público com deficiência e pensá-la como uma construção discursiva moderna. Neste ínterim, a inclusão como um ordenamento dos corpos por meio do acesso e de aproximação com o outro.

Essa problematização nos aproxima do postulado foucaultiano da Biopolítica, em que essa nova população (pessoas com deficiência) é, agora, entendida como um novo corpo, para o qual são necessários novos saberes.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Para Veiga-Neto (2001), a grande novidade são os saberes que se ocupam de compreender as aproximações, as diferenças, suas regularidades e a partir destas estabelecer uma colaboração que culmine em um acesso potencial à escola comum, por meio de uma rede de informações e recursos de inclusão.

4 CONHECENDO O PME: UMA ARTICULAÇÃO ENTRE ACESSO E SERVIÇOS

No que se refere à meta 4, o PME ampliou o número de estratégias em relação ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Plano Estadual de Educação (PEE), perfazendo 37 (trinta e sete) estratégias ao todo. Essa ampliação é justificada pelo desdobramento das estratégias de acordo com os serviços relativos as áreas específicas de atendimento ou de deficiência, ou transtorno de desenvolvimento, o que não significa uma maior efetividade das ações. Ao analisar essa ampliação optamos por organizar os enunciados em: a) estratégias de financiamento e fiscalização/monitoramento, especificadas em nível geral “Monitorar o andamento das metas do Plano, Qualidade e avaliação”, e nível específico, “Formação de banco de dados e Monitoramento direto nas instituições de ensino”; b) estratégias de formação e pesquisa ampliadas para atender a parcerias locais; c) estratégias de promoção do acesso ao ensino comum; d) estratégias de serviços a serem prestados por área de atendimento ou especificidade de deficiência, ou transtorno de desenvolvimento.

As estratégias permitem-nos descrever e analisar os discursos sobre universalização da educação inclusiva, sendo de fundamental importância para refletir se esse enunciado institucionalizado em um dispositivo normativo pode,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

de fato, contribuir para o acesso dos alunos, público-alvo da educação especial no ensino comum, do município de Caetité.

Ao analisar o enunciado estratégias de financiamento e fiscalização/monitoramento especificadas em nível geral, monitorar o andamento das metas do Plano e qualidade e avaliação em nível específico, de acordo com as demandas do município, a formação de banco de dados e Monitoramento direto nas instituições de ensino, observamos que estas abrangem 5 (cinco) estratégias, sendo uma de financiamento e quatro de fiscalização e monitoramento. Perfazendo o mesmo caminho do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Estadual de Educação (PEE), no financiamento, a estratégia 4.1 prevê contabilizar as matrículas com vistas ao repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Enquanto na fiscalização e monitoramento as quatro estratégias, 4.24, 4.31, 4.32 e 4.33, tratam do acompanhamento do acesso à escola regular e ao atendimento especializado no município, da criação de banco de dados nos órgãos de pesquisa para detalhar informações e de perfil dos alunos em atendimento. A ampliação dessas estratégias pode ser observada pela proposta de monitoramentos específicos nas escolas e pela criação de banco de dados locais, nas estratégias 4.33 e 4.24.

O enunciado das estratégias de formação e pesquisa ampliadas atendendo as parcerias locais abrange seis estratégias e atende a uma reivindicação dos profissionais que trabalham diretamente no atendimento ao aluno com deficiência, isto é, formação para os serviços de AEE, bem como para atuação na escola comum. Neste caso, as estratégias atendem a realidade local de formação de parcerias para a formação de professores e a produção de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

saberes sobre inclusão. Isso pode ser visualizado na estratégia 4.15, que prevê a manutenção e ampliação da “[...] parceria com o Centro Estadual de Educação Especial de Caetité - CEEEC, articulando-o com instituições acadêmicas e com profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social [...]” (CAETITÉ, 2015). Na meta 4.26, a mesma parceria com o CEEEC e instituições de Ensino Superior é reiterada para a “[...] realização de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva [...]” (CAETITÉ, 2015). Além de propor novamente a intersetorialidade na estratégia 4.36.

O acesso é expresso em 2 (duas) estratégias, 4.2 e 4.3, que compõem o enunciado estratégias de promoção do acesso ao ensino comum e que sinalizam para a universalização do acesso ao ensino comum dos alunos público-alvo da educação especial. Atentando para a meta 4.3, esse acesso se dá pela parceria intersetorial entre saúde, desenvolvimento social e educação, segundo o expresso na própria meta, para garantir a identificação e atendimento de crianças muito pequenas para o acesso à escolarização.

Ao analisar a ampliação das estratégias do PME de acordo com o enunciado serviços a serem prestados por área de atendimento ou especificidade de deficiência, ou transtorno de desenvolvimento, observamos, a título de exemplificação, que as estratégias 4.8, 4.9 e 4.10, apesar de separadas, tratam de serviços para alunos com deficiência visual, como vemos no trecho a seguir:

4.8. Disponibilizar, a partir do segundo ano de vigência deste plano, aos estudantes cegos e com baixa visão, livros didáticos falados, em Braille, em caracteres ampliados e/ou meios eletrônicos.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

4.9. Garantir, a partir da vigência deste plano, a presença de especialista em Braille com recursos e equipamentos (computador, impressora em Braille e software de impressão) para a preparação de todo material escolar, necessário nas unidades escolares, onde houver, estudante com cegueira.

4.10. Disponibilizar, a partir da vigência deste plano, computador adequado para uso do aluno nas salas de aula das unidades de ensino, onde exista estudante cego e com baixa visão (CAETITÉ, 2015).

Os serviços propostos nas estratégias acima se referem ao atendimento à pessoa com deficiência visual (Baixa-visão/visão subnormal e Cegueira). A baixa-visão ou visão subnormal é caracterizada pela alteração da capacidade funcional da visão, que interferem ou limitam o desempenho visual do indivíduo e pode ocorrer em nível severo, moderado ou leve e a cegueira é caracterizada pela ausência total de visão até perda de projeção de luz.

Nestes casos, são necessários os recursos e serviços indicados nas estratégias citadas, como livros didáticos falados e em caracteres ampliados e/ou meios eletrônicos; computadores com sintetizador de voz, softwares para ampliação, além de plano inclinado para leitura, guia de leitura ou tiposcópio, lupas, lápis 6B, caneta tinta porosa, dentre outros recursos que são denominados recursos ópticos e não ópticos, livros didáticos falados, em Braille, em meios eletrônicos, computador, e o serviço de especialista em Braille com recursos e equipamentos para a preparação de todo material escolar, necessário nas unidades escolares onde houver estudante com cegueira, conforme as estratégias 4.8, 4.9 e 4.10.

Dentre as estratégias que destacamos de serviços as 4.20, 4.22 e 4.30 referem-se à área específica de surdez e os serviços necessários a este público. Se analisadas em profundidade, observamos que não haveria necessidade de

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

ampliação, uma vez que os serviços se complementam. Mas, como nosso foco é na oferta de recursos e serviços que favoreçam o atendimento na dinâmica da estratégias do PME, estas garantem a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); o ensino da LIBRAS prevê elaborar e aprovar, a partir do segundo ano de vigência do PME, um Projeto de Lei para a regulamentação da profissão do professor auxiliar e do intérprete de Libras, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos cegos, professores de Libras prioritariamente surdos e professores bilíngues (CAETITÉ, 2015). Estes serviços favorecem o acesso da pessoa com surdez ao ensino comum, bem como aos meios culturais e ao convívio social, respeitadas as especificidades da comunidade surda.

De um modo geral, guardadas as devidas proporções, a análise das enunciações referentes a serviços favorece a compreensão de que o PME busca inserir novos saberes que no ordenamento dos corpos superem os desafios da prática inclusiva. Neste sentido, a governamentalidade transita por este ordenamento dos corpos, por meio do acesso a uma rede de informações que vão direcionar a vida dos sujeitos imbuídos de saberes e com a garantia “[...] da reestruturação progressiva do sistema educacional de ensino voltado para o equacionamento de políticas de inclusão, assegurando, ao público-alvo da educação especial, o reconhecimento da singularidade, favorecendo seu desenvolvimento integral e a construção de sua autonomia”, de acordo com a estratégia 4.4 (CAETITÉ, 2015).

Os serviços presentes nas estratégias do PME revelam uma vontade de verdade no exercício da inclusão e reforçam a oferta dos serviços em salas de recursos multifuncionais, como podemos verificar na estratégia 4.11, cujo

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

objetivo é “[...] realizar a formação continuada aos profissionais da educação, de apoio e monitores para o AEE, nas escolas urbanas e do campo da rede pública de ensino”; e na estratégia 4.14: “[...] a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, em salas de recursos multifuncionais e/ou serviços especializados, públicos ou conveniados” (CAETITÉ, 2015).

Em tempo, é importante destacar as reflexões propostas por Mendes, Viralunga e Zerbato (2014, p. 28) “[...] sobre a forma de funcionamento atual das salas de recursos multifuncionais espalhadas pelo país, se estão de fato contribuindo para a inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial ou se estão reforçando um espaço de segregação”. Segundo as autoras, ao realizar o atendimento educacional especializado, ofertado com exclusividade nas salas de recursos, reforça-se a conjectura de que o impedimento está no aluno e não no ambiente escolar para recebê-lo.

As discussões que permeiam o modelo de sala de recursos questionam a efetividade desse serviço em relação a uma comunicação mais estreita do professor da sala de recursos com o professor de ensino comum, ao espaço físico e material e em relação ao número de alunos que frequentam esse espaço. Esses questionamentos se baseiam em estudos realizados pelo Observatório Nacional de Educação Especial (ONEESP-UFSCar), que constatou, dentre outras coisas, “[...] que não existe transparência em relação à forma de organização do AEE e que não há um planejamento sistematizado das atividades realizadas com os alunos público-alvo da educação especial” (MENDES; VIRALONGA; ZERBATO, 2014, p. 26).

Outro aspecto a ser observado nas estratégias do PME no município de Caetité, “enquanto vontade de verdade”, está no oferecimento dos serviços

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

voltados para a construção de uma política intersetorial que atenda às necessidades pedagógicas e de saúde do público incluso no ensino comum. Esta necessidade é vislumbrada nas estratégias 4.3, 4.17, 4.25, 4.35 e 4.36, que preveem um projeto de apoio entre as secretarias de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social, visando garantir a intervenção precoce nas Instituições de ensino da Educação Infantil por meio de serviços multidisciplinares; a acessibilidade arquitetônica para a infraestrutura das escolas para atender a diversidade humana, adaptando, gradativamente, os prédios escolares existentes e somente autorizar a construção e reformas atendendo aos padrões exigidos pelas normas técnicas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) por meio de convênios entre os entes federados; manter e ampliar parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando o aumento das condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculadas nas redes públicas; além de estabelecer parcerias com as secretarias municipais de Educação, Desenvolvimento Social, Núcleo Regional de Educação, ONG.

Essa política intersetorial tende a favorecer a criação de uma rede de apoio que inclui a interlocução de profissionais de diversas áreas do conhecimento, especialmente das áreas da educação e da saúde, como afirmam Mendes, Viralunga e Zerbato (2014).

A provisão desses serviços de políticas públicas de inclusão não significa divergir de outros já existentes, fruto de grandes conquistas, no que se refere aos direitos da pessoa com deficiência. Neste sentido, para Mendes (2005, p.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

02), “[...] deve-se respeitar e manter o princípio de colocação no tipo de serviço educacional minimamente restritivo, o que implica em manter um ‘continuum’ de serviços que permitem a colocação nos vários tipos de provisões, conforme dispositivos legais em vigor”.

Desse modo, constatamos elementos discursivos que atendem a uma nova concepção de inclusão, o modelo de serviço baseado na colaboração entre ensino comum e especial, também denominado Ensino Colaborativo ou Coensino⁴⁸. Esse modelo baseia-se na abordagem teórica dos direitos humanos para pensar as políticas e práticas de inclusão escolar nos dias atuais. Examinando as estratégias 4.23 e 4.27, podemos reconhecer estes elementos discursivos como a

[...] articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado – AEE; utilizar, durante a vigência deste Plano, os resultados das pesquisas interdisciplinares para subsidiar a formulação de políticas públicas intersetoriais que atendam as especificidades educacionais de estudantes [...] (CAETITÉ, 2015).

Uma das demandas do Ensino Colaborativo ou Coensino é a proposta de articulação pedagógica entre os serviços de ensino comum e especial. Ao propor a interdisciplinaridade para subsidiar as políticas, segundo Mendes, Viralunga e Zerbato (2014, p. 43), “[...] a proposta de inclusão escolar, na prática, pressupõe a construção de uma rede de apoios, envolvendo contratação de profissionais, treinamento e articulação da prestação de seus serviços de forma coletiva e colaborativa na escola”.

⁴⁸ Proposta em estudo iniciada em 2001 pelo Grupo de pesquisa sobre Formação de Recursos Humanos em Educação Especial (GP-Foreesp), coordenado pela professora Dr^a Enicéia Mendes Gonçalves, da UFSCar-SP.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

As autoras argumentam que o ensino colaborativo já está presente na legislação e apresentam como exemplo “a Resolução 02 de 2001 em seu artigo 8º, inciso IV, que trata do serviço de apoio pedagógico especializado realizado em classes comuns, prevê atuação colaborativa do professor especializado em educação especial” (MENDES; VIRALONGA; ZERBATO, 2014, p. 34).

Ao eleger essas estratégias no PME como suporte para a inclusão escolar do município, evidencia-se uma vontade de verdade que direciona para a conquista da alteridade, estabelecendo a distinção entre o que oportuniza e o que não oportuniza, de modo a construir territórios existenciais onde as diferenças não sejam indiferentes ou toleradas, mas acolhidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do PME, identificamos o desejo de ampliar o acesso na perspectiva inclusiva dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Tal vontade de verdade está expressa nas estratégias propostas na meta 4 do PME do município de Caetité, pela circulação do discurso de ampliação de acesso dos alunos ao ensino comum, por meio das parcerias com serviços fora da rede municipal, que respaldam a oferta de serviços compatíveis com condições para acesso físico, pedagógico, recursos e linguagem; estes ancorados no conceito de Educação Inclusiva com qualidade social e direitos humanos.

A análise apresentada demonstra que os discursos sobre a materialização das estratégias da meta 4 do PME emergem de uma vontade de verdade, que regimentam e se direcionam, em âmbito local, por meio da circulação do discurso

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

sobre a ampliação do acesso e da oferta de serviços. Contudo, a ampliação do acesso não significa a garantia de condições de permanência, aprendizagem e terminalidade dos alunos inclusos.

REFERÊNCIAS

CAETITÉ. Lei nº 789, de 22 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação. **Diário Oficial do Município**, Caetité, BA, 23 jun. 2015. Ano 1- Edição nº 00085/Caderno 1, p. 18-198.

FOUCAULT. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert. Lederer. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. Trad. V. P. Carrero. RJ: Forense Universitária. 1995. p. 231-249.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

KAUFFMAN, James M. Conferir coerência à educação. In: CORREIA, L. M. (Org.). **Educação especial e inclusão: quem disser que uma vive sem a outra não está no seu juízo perfeito**. Porto: Porto Editora, 2003. p. 155-205.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2005.

_____; VIRALONGA, Carla A. R.; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: EduFSCar, 2014.

MORAIS, Paula Varlanes Brito. Interfaces entre a educação especial na perspectiva inclusiva e educação de pessoas jovens, adultas e idosas: **contextos de múltiplas (in)visibilidades**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós Graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2019.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

RESENDE, Haroldo de. (Org.). **Michel Foucault**: a arte neoliberal de governar a educação. São Paulo: Intermeios; Brasília, Capes/Cnpq, 2018.

VEIGA-NETO, Alfredo. Incluir para saber. Saber para excluir. **Pro-posições**, v. 12, n. 2-3, jul-nov. Campinas: 2001.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

VIVENDO E APRENDENDO A VIRAR O JOGO: O APARATO JURÍDICO DE REGULAÇÃO SOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Eliada Mayara Cardoso da Silva Alves⁴⁹

Dulce Mari da Silva Voss⁵⁰

RESUMO: Esse texto tem como foco de análise o aparato jurídico posto em ação para o enfrentamento da violência contra mulheres. Considera-se que, o crescimento dos casos de violência contra mulheres não reflete apenas a ineficácia do estado de direito, e sim seu *modus operandi*, uma vez que, os mecanismos legais não visam o rompimento das desigualdades que geram a violência, mas funcionam numa espécie de moldura de regulação da vida social em seu conjunto de modo que as regras do jogo de poder-saber jurídico possam gerar um certo equilíbrio, ou seja, a intervenção governamental estatal não deve ser de mais nem de menos. É o que mostra o estudo de caso de abordagem qualitativa acerca das mulheres assistidas na Coordenadoria Municipal da Mulher de Bagé (RS) em decorrência de práticas de violência. Nele evidencia-se a recorrência e aumento dos casos atendidos e que as desigualdades se aprofundam ainda mais quando marcadores étnico-raciais, geracionais, renda familiar e escolaridade se cruzam com o gênero feminino. A violência praticada contra as mulheres parece naturalizada pela cultura patriarcal que persiste na sociedade brasileira em geral e no contexto local. Daí entende-se que o poder-saber judiciário não penetra no âmago das desigualdades e violências. Na verdade, o aparato jurídico serve como mecanismo de controle e regulação social, cabendo aos indivíduos assumirem os riscos dos atos de violência praticados ou de permanecer presa a eles. Violência que se cristaliza e banaliza como normalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra mulheres. Poder-saber jurídico. Patriarcado.

ABSTRACT: This text focuses on analysis of the legal apparatus put in place to confront violence against women. It is considered that the growth of cases of violence against women reflects not only the ineffectiveness of the rule of law, but its *modus operandi*, since the legal mechanisms are not aimed at breaking the inequalities that generate violence, but work in a kind of regulatory framework for social life as a whole so that the rules of the legal power-knowledge game can generate a certain balance, that is, state government intervention should not be too much or too little. This is what the case study of a qualitative approach about women assisted in the Municipal Coordination of Women in Bagé (RS) shows as a result of practices of violence. It shows the recurrence and increase of cases attended and that inequalities deepen even more when ethnic-racial, generational, family income and education markers intersect with the female gender. The

⁴⁹Mestranda em Ensino na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/Campus Bagé - RS, Graduada em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP/Bagé - RS). E-mail: eliadamayara@hotmail.com

⁵⁰Doutora em Educação. Docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA/Campus Bagé - RS). E-mail: dulcevoss@unipampa.edu.br

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

violence practiced against women seems naturalized by the patriarchal culture that persists in Brazilian society in general and in the local context. Hence, it is understood that the judicial power of knowledge does not penetrate the core of inequalities and violence. In fact, the legal apparatus serves as a mechanism for social control and regulation, and it is up to individuals to assume the risks of the acts of violence practiced or to remain stuck with them. Violence that crystallizes and trivializes as normal.

KEYWORDS: Violence against women. Legal power-know. Patriarchy.

1 INTRODUÇÃO

Vivendo e aprendendo a jogar
Nem sempre ganhando
Nem sempre perdendo
Mas, aprendendo a jogar.
Elis Regina

A recorrência dos crimes praticados contra a vida de mulheres é evidente no Brasil como um todo. Haja visto o crescimento dos índices de feminicídios, como mostra o levantamento do Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (IPEA, 2019), feito entre o ano de 2007 a 2017, em que os casos de morte causadas pela violência contra mulheres aumentou em mais de 30,7%. A cada duas horas uma mulher é assassinada em nosso país.

Apesar disso, no contexto político, cultural e social contemporâneo, a violência praticada contra mulheres torna-se apenas mais uma estatística banalizada e, até mesmo, naturalizada pela cultura patriarcal e o neoconservadorismo que reforça a dominação masculina sob os corpos e as vidas de mulheres. Uma ordem discursiva perversa colocada em jogo pelas macropolíticas neoliberais e neoconservadoras que absorve um grande número de adeptos. Então, para as mulheres, de um modo geral, viver tem sido uma luta

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

diária em que, ou se aprende a jogar, ou corre-se o risco de torna-se cativa das armadilhas de forças desiguais que capturam existências femininas.

Como aponta Rolnik (2018), trata-se de um “regime colonial capitalístico” que mantém indivíduos e coletividades cativas do conservadorismo extremo associado ao neoliberalismo e conta com pleno apoio das massas, uma regressão brutal ao que há de mais arcaico e fatal, uma contra-revolução aos direitos conquistados pelas categorias sociais, como os movimentos de mulheres. Operação macropolítica que a autora chama de “cafetinagem” em que “a própria pulsão de criação individual e coletiva de novas formas de existência” é canalizada para a extração de forças que mantenham a produção, não apenas econômica, mas também, intrínseca a ela, a cultura e a subjetividade, o que confere a esse regime “um poder perverso mais amplo, mais sutil e mais difícil de combater” (ROLNIK, 2018, p. 33).

Nessas contingências, com base nos estudos de Foucault (2008) acerca da sociedade do controle e da biopolítica, entende-se que o aparato jurídico atua como um forte mecanismo de regulação da vida social, cujo *modus operandi* não visa o rompimento das desigualdades que geram a violência, mas funcionam numa espécie de moldura em que as regras do jogo são estabelecidas pelo poder-saber jurídico no intuito de gerar um certo equilíbrio, pois, a intervenção governamental estatal não deve ser de mais nem de menos, liberando os governados para agirem e correrem os riscos pelos atos cometidos.

As relações de poder-saber se assentam e sustentam regimes de verdade. Foucault (2006) entende por verdade o conjunto de procedimentos que permitem a cada instante pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Pode-se, então, dizer que, em toda sociedade, a produção e

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

circulação de discursos coloca a linguagem em funcionamento, engendrando relações de poder-saber e regimes de verdade. Assim, cada sociedade estabelece procedimentos considerados válidos para obtenção da verdade e também os tipos de discursos reconhecidos como verdadeiros.

Nesse sentido, o foco de análise desse texto direciona-se para o poder-saber jurídico colocado em funcionamento nas políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, tomando como parâmetro o contingente populacional de mulheres que enfrentam em suas relações cotidianas os efeitos da violência doméstica e que recorrem a Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM) da cidade de Bagé (RS).

Por meio de um estudo de caso cuja abordagem é qualitativa⁵¹, procede-se a análise de conteúdo dos dados referentes aos 195 (cento e noventa e cinco) casos atendidos no ano de 2019 na CMM de mulheres que buscaram orientação jurídica em razão das violências a que foram submetidas.

2 APARATO JURÍDICO E POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS ÀS MULHERES AFETADAS POR SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA

Um dos marcos históricos da luta pelos direitos das mulheres no plano mundial foi o Tratado sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação

⁵¹O estudo de caso consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. Entendo que a abordagem qualitativa concerne ao que Bodgan e Biklen (1994) explicam a respeito desse tipo de investigação, no qual a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal. A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potência para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do objeto de estudo.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

contra as Mulheres, assinado em 1979 na Convenção das Nações Unidas e que entrou em vigor em 1981 (BRASIL, 2008).

Com este Tratado, os estados que a ele aderiram adotaram o compromisso de promover medidas e políticas para eliminar as formas de discriminação contra as mulheres. No Brasil, tal compromisso desdobrou-se na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ocorrida em 1994, em Belém do Pará, e nas Leis Federais 11.340/2006, chamada Lei Maria da Penha e Lei 13.104/2015, chamada Lei do Feminicídio.

Nas últimas décadas, notadamente na última, muitas foram as políticas públicas implementadas com foco na proteção aos direitos das mulheres por meio da criação de redes de enfrentamento e atendimentos aos casos de violência. Mais ampla que a rede de atendimento, a rede de enfrentamento às situações de violência contra mulheres corresponde à atuação articulada entre instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam a construção da autonomia das mulheres, os seus direitos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência (BRASIL, 2011).

Os principais órgãos públicos que compõem a rede de atendimento à mulher em situação de violência são:

Centros de Referência: espaços de acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, **Casas-Abrigo:** locais seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral a mulheres em risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, no qual as usuárias permanecem por um período determinado, durante o qual deverão reunir condições necessárias

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

para retomar o curso de suas vidas. **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher:** unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAM têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais devem ser pautadas no respeito aos direitos humanos e nos princípios do Estado Democrático de Direito. Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAM passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas. **Defensorias da Mulher:** têm a finalidade de dar assistência jurídica, orientar e encaminhar as mulheres em situação de violência. **Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher:** órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão contar com uma equipe de atendimento multidisciplinar a ser integrada por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e da saúde. **Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS):** desenvolvem serviços básicos continuados e ações de caráter preventivo para famílias em situação de vulnerabilidade social (proteção básica). Os CREAS, por outro lado, são responsáveis pela proteção de famílias e indivíduos que tenham seus direitos violados e que vivam em situações de risco pessoal e social (proteção especial). **Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180:** serviço do governo federal que auxilia e orienta as mulheres em situação de violência através do número de utilidade pública 180. **Instituto Médico Legal:** O IML desempenha um papel importante no atendimento à mulher em situação de violência, principalmente as vítimas de violência física e sexual. Sua função é decisiva na coleta de provas que serão necessárias ao processo judicial e condenação do agressor. **Serviços de Saúde voltados para o atendimento dos casos de violência sexual:** presta assistência médica, de enfermagem, psicológica e social às mulheres vítimas de violência sexual (BRASIL, 2011, p. 14).

Torna-se essencial que os profissionais que atuam na Rede de atendimento às mulheres em situação de violência tenham conhecimento das relações de gênero e da violação dos direitos humanos. E essa qualificação requer urgência, dada a alta incidência de violências contra as mulheres em suas diversas expressões (SILVA, 2017).

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

A materialização dos pressupostos de trabalho em rede, apresenta um grande desafio no que tange a horizontalidade entre diferentes políticas e setores. Como possibilidade, destaca-se a articulação de profissionais de diferentes áreas de saber no atendimento à complexidade das demandas trazidas por mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

Nesse sentido, cabe destacar que, na cidade de Bagé (RS), a Coordenadoria Municipal da Mulher (CMM) é vinculada à Secretaria de Assistência Social, Habitação e Direitos dos Idosos da Prefeitura Municipal e se destina à criação de programas, projetos, ações e coordenação da rede de atendimento e enfrentamento às situações de violência doméstica e familiar.

No ano de 2019, os registros dos atendimentos mostram que muitas mulheres recorrem à Coordenadoria para o atendimento em razão da violência que sofrem. E, mesmo atendidas, acabam retornando por várias vezes. Essa recorrência leva-nos a pensar: em que medida a proteção às mulheres acontece de fato e que outros elementos intervêm nessa problemática?

Buscamos os documentos de registro dos atendimentos feitos na CMM no ano de 2019 para coletar dados que pudessem indicar possíveis razões para a reincidência dos casos de violência praticados contra as mulheres atendidas na Coordenadoria e que retornaram por mais de uma vez à CMM.

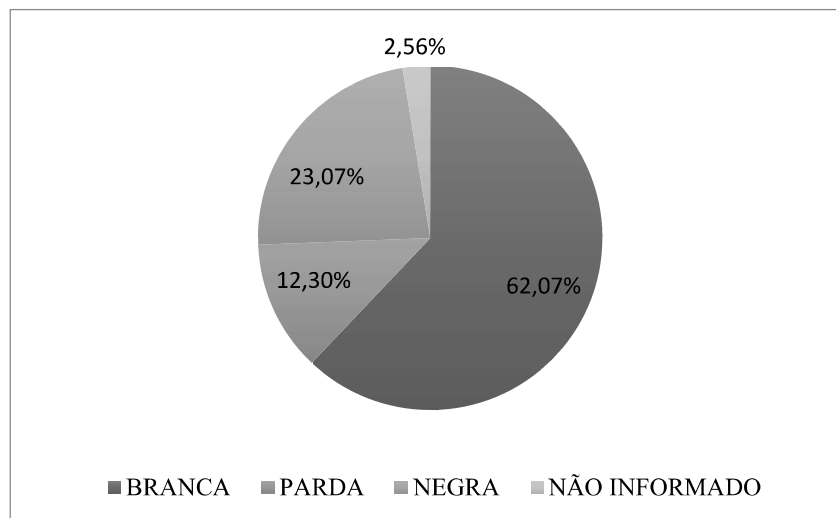
Cruzando indicadores das categorias étnico-raciais, geracionais, renda e escolaridade, percebe-se a complexidade com que se configura a violência contra mulheres em âmbito local.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Figura 1: Características étnico-raciais das mulheres atendidas na CMM



Fonte: Elaborada pelas autoras.

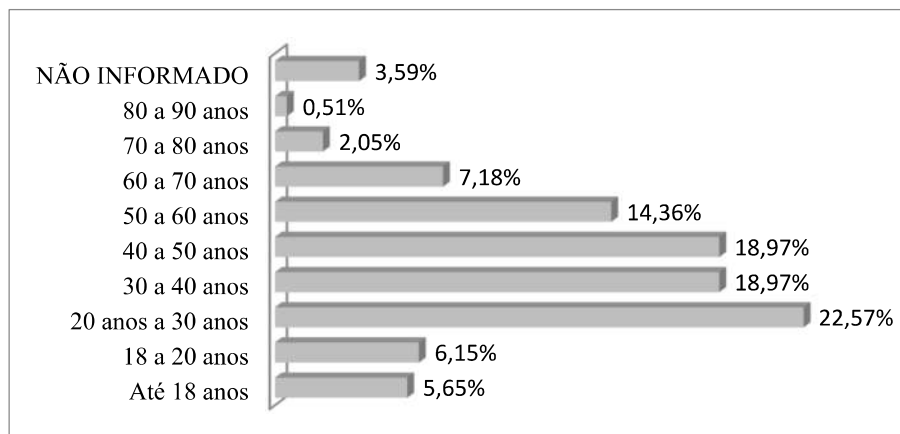
Os dados mostram que predomina o atendimento as mulheres que se declaram brancas. Contudo, há que se ponderar que tal diferença entre mulheres brancas, negras e pardas possa não ser tão expressiva, levando-se em conta que, na formação étnico-racial do município de Bagé (RS), predomina a população branca. Além disso, supõe-se que muitas delas não se declaram negras por razões de discriminação racial que, de modo explícito ou velado, mantem-se presente em nossa sociedade. Há que se considerar também que a Coordenadoria se localiza na área central da cidade, o que implica num difícil acesso para as mulheres que moram nas periferias e que em grande maioria são negras ou pardas.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Figura 2: Características geracionais das mulheres atendidas na CMM



Fonte: Elaborada pelas autoras.

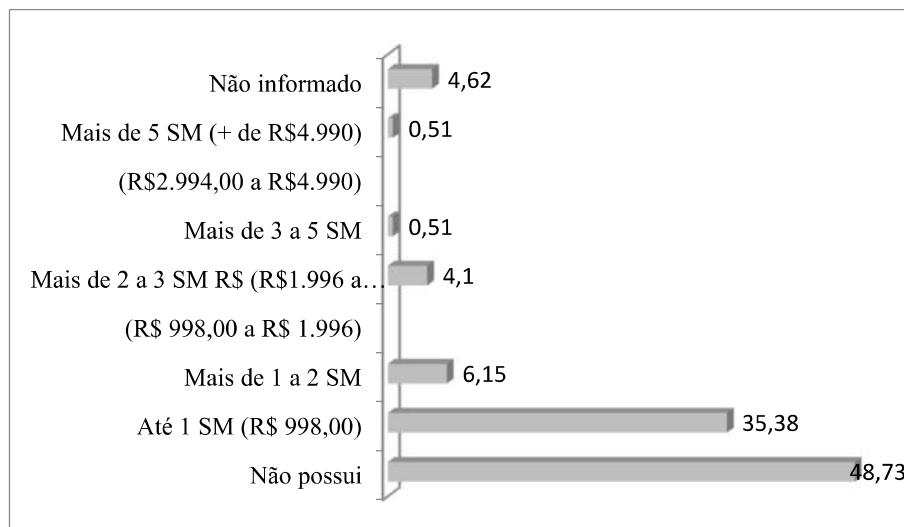
Quanto aos dados geracionais, percebe-se que as maiores demandas por atendimento são de mulheres na faixa etária dos 20 (vinte) aos 30 (trinta) anos, porém não é baixo o índice de mulheres com mais de 50 anos que recorrem a Coordenadoria. Esses dados são preocupantes, porque demonstram que os relacionamentos entre casais começam precocemente e acontecem em relações de violência, sendo que, conforme dados levantados, na maioria das vezes os agressores são maridos, companheiros, ex-maridos, ex-companheiros, namorados, ex-namorados. No caso das mulheres idosas, cuja faixa etária corresponde a mais de 60 anos, são os filhos que assumem esse papel de agressores.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

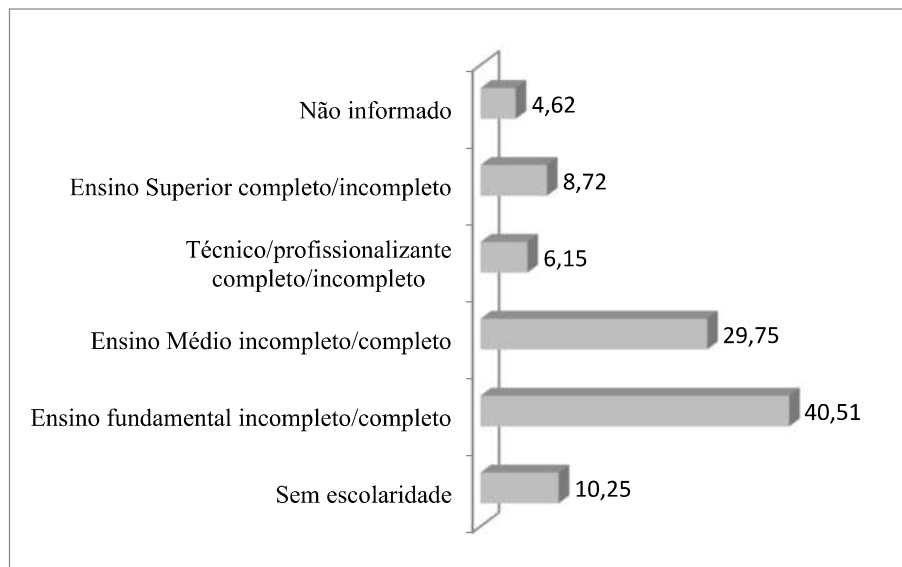
Figura 3: Renda familiar das mulheres atendidas na CMM



Fonte: Elaborada pelas autoras.

Os dados referentes a renda mostram que a maioria das mulheres é dependente financeiramente de outras pessoas com as quais convivem, o que as torna ainda mais vulneráveis. E mesmo aquelas que possuem uma renda baixa, em muitos casos deve-se aos valores de pensão alimentícia ou outros programas governamentais destinados aos filhos.

Figura 4: Nível de escolarização das mulheres atendidas na CMM



Fonte: Elaborada pelas autoras.

No aspecto da escolaridade, percebe-se que a grande maioria das mulheres possui, no máximo, o ensino fundamental. Contudo, um número significativo delas já ascendeu ao ensino superior. Este dado é relevante porque mulheres com um nível de escolaridade mais baixo tendem a serem mais dependentes financeiramente de outras pessoas, o que as prende às relações de violência por dificuldades econômicas. Causa estranheza que mulheres mesmo tendo alcançado um nível mais elevado de formação ainda se envolvam em relações de violência de gênero.

Portanto, apesar de todas as lutas e reivindicações sociais, as mulheres continuam sendo afetadas por violências. Em nossa região ainda prevalece uma cultura patriarcal e machista que legitima o poder masculino e que, de certo

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

modo, obscurece e naturaliza atos violentos contra mulheres. Violências físicas, sexuais, psicológicas, patrimoniais ou morais praticadas às mulheres, tanto no âmbito privado-familiar como nos espaços de trabalho e públicos, acontecem de modo explícito ou velado.

A violência doméstica e familiar contra as mulheres pode ser muito sutil, pois a maioria dos casos tem uma peculiaridade, o agressor permanece com a vítima. E geralmente começa com agressões verbais e violência psicológica, podendo agravar-se para lesões corporais e até o feminicídio.

A violência contra as mulheres tem forte relação com desigualdades de gênero, sexista, étnico-raciais, geracionais naturalizadas historicamente. Para Machado (2010), a desigualdade de tratamento das mulheres está presente na estruturação institucional e legal da história colonial, imperial e republicana brasileira. Ainda segundo o autor:

Concluo assim que as modernas e tradicionais formas de violência no Brasil se articulam e se nutrem entre si exacerbando a ideia da masculinidade como poder e da valorização da sociedade violenta. As formas modernas e tradicionais das violências entre homens e contra as mulheres se reforçam e se embrincam continuamente. Não se pode desarticulá-las. A dimensão de gênero vai sendo ressignificada mas continua fundante para se entender e se enfrentar as formas de articulações das violências (MACHADO, 2010, p. 69).

Dessa forma, a violência contra mulheres é cultivada e estimulada por meio de mecanismos mais ou menos sutis da cultura patriarcal e misógina, impregnada na vida social e cultural em que a desigualdade de gêneros se naturaliza. Por isso a violência doméstica permanece velada por séculos em muitas regiões geográficas, como a região sulina brasileira, visto que ainda

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

prepondera uma visão conservadora da mulher como sujeito sujeitado às relações machistas de submissão feminina (MACHADO, 2010).

Nesse sentido, também são vários os fatores que levam as mulheres a não denunciar seus agressores ou a manterem-se presas à relacionamentos abusivos e agressivos, como medo, culpa pela violência sofrida, negação, isolamento, pressão da família/sociedade, instabilidade financeira, preocupação com o seu sustento e dos filhos.

Com isso, não se quer convergir para a vitimização das mulheres, o que já recebeu críticas importantes, mas destacar que a expressiva concentração deste tipo de violência ocorre historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque relações assimétricas de mando e domínio constituem a vida social regida pelo patriarcado (BANDEIRA, 2014).

Uma cultura patriarcal assentada no sujeito mulher assujeitado pela posição de inferioridade e submissão. Efeito das contingências históricas e sociais que produziram e fizeram proliferar discursos do “ser mulher”, pois, conforme Moura (2018), o discurso legal torna o sujeito mulher objeto construído e normalizado pelas relações de poder-saber que vigoram na vida social.

Mesmo que a Lei anuncie o dever do Estado de assegurar o direito das mulheres “à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2006), prever a coibição e a punição dos crimes sem que sejam garantidas efetivamente condições dignas de vida também não garante o fim da violência contra mulheres.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Então, o mesmo Estado Liberal que coloca sob a força da lei a necessidade de garantia dos direitos sociais, e não o faz devidamente, decide por engendrar novos dispositivos jurídicos, como a Lei Maria da Penha, para tentar sanar a violência contra as mulheres. Observa-se que a formação discursiva jurídico-governamental prescreve um tratamento diferenciado ao sujeito “mulher vítima de violência” subjetivado como ser frágil que necessita de proteção especial do Estado Liberal. Parece que ao insistir num saber-poder de regulação da população e das relações de gênero, o discurso judiciário não penetra no âmago da questão: por que a violência contra mulheres se mantém e por tanto tempo e agravasse cada vez mais apesar de todas as lutas sociais dos movimentos de mulheres e dos dispositivos legais criados para conter tal situação?

Não se trata de negar a necessidade dos aparatos jurídicos frente a crescente situação de violências que muitas mulheres estão expostas, mas entende-se que as ações legais e institucionais jamais serão suficientes, até porque constituem e são constituídas como moldura de quadro social e cultural que preserva o patriarcado como normalidade, o que legitima a dominação masculina sobre as mulheres e gera efeitos dos modos como aprendemos e nomeamos as diferenças de gênero.

Esclarece Louro (2008) que a construção dos gêneros e das sexualidades se dá através de inúmeras aprendizagens e práticas, insinuam-se nas mais distintas situações, são empreendidas de modo explícito ou dissimulado por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais. É um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias reguladoras nesse processo constitutivo de violências.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Hoje, tal como antes, a produção subjetiva do ser feminino permanece como alvo privilegiado da vigilância e do controle das sociedades. Ampliam-se e diversificam-se suas formas de regulação, multiplicam-se as instâncias e as instituições que se autorizam a ditar-lhe normas. Foucault certamente diria que proliferam cada vez mais os discursos sobre o sexo e que as sociedades continuam produzindo, avidamente, um “saber sobre o prazer”, ao mesmo tempo que experimentam o “prazer de saber” (FOUCAULT, 2019, p. 85-90).

Ensina-nos Foucault, que a norma está inscrita entre as artes de julgar, ela é um princípio de comparação. Sabemos que tem relação com o poder, mas sua relação não se dá pelo uso da força, e sim por meio de uma espécie de lógica que se poderia quase dizer que é invisível, insidiosa. A norma não emana de um único lugar, não é enunciada por um soberano, mas, em vez disso, está em toda parte, expressa-se por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se naturalizar (LOURO, 2008).

Portanto, se a posição do homem branco heterossexual de classe média urbana foi construída, historicamente, como a posição-de-sujeito ou a identidade referência, segue-se que serão “diferentes” todas as identidades que não correspondam a esta ou que desta se afastem. A posição “normal” é, de algum modo, onipresente, sempre presumida, e isso a torna, paradoxalmente, invisível. Não é preciso mencioná-la (LOURO, 2008).

Na vida cotidiana, nas relações entre homens e mulheres, nas famílias, entre os doentes mentais e as pessoas sensatas, entre os doentes e os médicos, entre agentes públicos do judiciário e das redes de atendimento à mulheres em situação de violência e aquelas que recorrem a esses serviços, em tudo isso, há

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

inflação de poder. Dito de outro modo, a inflação de poder, em uma sociedade como a nossa, não tem uma origem única, que seria o Estado e a burocracia do Estado (FOUCAULT, 2006).

É necessário ter presente, que o poder não é uma substância ou uma qualidade, algo que se possui ou se tem; é, antes, uma forma de relação. Assim, as relações de poder-saber suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência, e é porque há uma possibilidade de resistência e resistência real que o poder daquele que domina tenta se manter com tanta mais força, tanto mais astúcia quando maior for a resistência (FOUCAULT, 2006).

Relações de poder-saber que atribui à especialistas, como os magistrados, o direito legítimo de falar em nome de, de pronunciar certas verdades acerca de sujeitos e modos de existência que, por muitas vezes, se calam ou são caladas, desacreditadas por recorrer repetidamente às instituições públicas para, mesmo que por um curto tempo, escapar das violências e poder usufruir de direitos até então negados. Daí, surge a questão ética e estética que desafia profissionais das redes de atendimento e enfrentamento à violência contra mulheres a sentirem-se instigados/as, perturbados/as, afetados/as também pela cultura da violência, de exercer relações de acolhimento ao/a outro/a, algo que requer despir-se de verdades naturalizadas e se abrir ao estranho, ao diferente ou ao mesmo que se coloca diante de si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo procurei evidenciar que o aparato jurídico funciona como dispositivo de regulação das relações de gênero, sendo que o Estado

333

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

Liberal assumiu a função de garantir a proteção das mulheres em casos de violência. Para tanto, todo um arcabouço legal foi criado, bem como uma rede de serviços que deve agir para o enfrentamento e o atendimento às mulheres em situação de violência.

Os casos atendidos pela Coordenadoria Municipal da Mulher de Bagé (RS) contribuem para o entendimento de que o local onde mais comumente ocorrem situações de violência contra as mulheres são as suas próprias residências e que os agressores são as pessoas mais próximas pai, padrasto, irmão, filho, marido, namorado ou ex-companheiros.

Percebe-se que, as relações de poder-saber que colocam em jogo desigualdades são atravessadas por outros marcadores além do gênero, diferenças étnico-raciais, geracionais, renda familiar e escolaridade, que aprofundam e tornam ainda mais complexas as situações de violência contra as mulheres. Acredita-se que todos esses elementos corroboram para reincidência nos atendimentos, pois são vários os motivos que reforçam e geram a repetição da violência, medo, culpa, morosidade judicial, mas principalmente a instabilidade financeira. O estudo feito dos casos atendidos na CMM de Bagé mostra parte do problema e aponta muitas lacunas a serem ainda pensadas, investigadas.

Os modos como as desigualdades das relações de gênero se intersecciona com marcadores de sexualidades, étnico-raciais, geracionais, geográficos abrem possibilidades para outros estudos que somados aos que já vem sendo feitos, coloquem em circulação conhecimentos necessários para o enfrentamento de todas as formas de violência contra mulheres numa capitalização de forças que projete sempre a virada do jogo. O enfrentamento ao

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

crescente abuso da vida e captura das subjetividades do regime capitalístico contemporâneo que reativa forças conservadoras, como dito no início desse texto, sabendo que não se logrará êxito no combate às inúmeras formas de violência somente por vias jurídicas. Até porque a razão de existência das instituições vinculadas ao Estado deixou de ser a garantia e defesa de direitos de cidadãos e cidadãs, passando a se configurar no plano de governamentalidade neoliberal, macropolítica global neoconservadora, o que representa um retrocesso em termos de conquistas efetuadas em tempos passados e compromete muitas vidas, muitos corpos de mulheres que sucumbem diante das violências que se multiplicam.

No entanto, faz-se mister salientar também, seguindo a análise foucaultiana, que o Estado e todo os aparatos institucionais ligados a ele, não agem por si só, e as práticas de violência não se mantem e se aprofundam, assim contínua e cautelosamente, sem que estejam enraizadas na cultura e continuem encontrando ressonância na vida social pública e privada. Quanto mais adeptos de velhas e cruéis táticas de domínio, discriminação, perseguição, extermínio do que se considera fora da normalidade socialmente aceita e naturalizada, mais forças e resistências precisam ser geradas nesse jogo para que violências que encerram a vida não se perpetuem. Vivendo e aprendendo a virar o jogo, eis a dica.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 29, n. 02,

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

mai./agos. Universidade de Brasília, Brasília, 2014, p. 449-469. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=339932122008>. Acesso em: 20 mar. 2020.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em Educação**. Portugal: Porto Editora Ltda, 1994.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Lei 13.104, de 09 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13104.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. // **Plano de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008. Disponível: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Rede de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011. Disponível: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/rede-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 20 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder-Saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Coleção Dits & Escritos IV) Título original: Dits et écrits IV.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no College de France (1978-1979). Tradução Eduardo Brandão. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: Curso dado no College de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. 1ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**, v 19. n. 02, mai./ago. 2008, p. 17-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. São Paulo: Francis, 2010.

MOURA, N. B. de. Relações de poder e modos de subjetivação: uma análise discursiva da Lei Maria da Penha. **Revista Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 7, n. 01, jan./abr. 2018, p. 148-164.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição**: notas para uma vida não cafetinada. 2ª ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

TRIVIUM

Revista Eletrônica Multidisciplinar - UCP

V. 7, n. 1, jan./jul. 2020 – ISSN 2179-5169

SILVA, F.B. O enfrentamento da violência de gênero: uma análise a partir das bases de dados dos crimes de violência física, sexual e feminicídios. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.